



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - TRÁFICO DE ARMAS

EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0812/05	DATA: 2/6/2005
INÍCIO: 16h00min	TÉRMINO: 18h43min	DURAÇÃO: 02h43min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 2h41min	PÁGINAS: 67	QUARTOS: 33

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

CIAUDIR ANTÔNIO NESPOLO - Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre.

HUMBERTO TREZZI - Jornalista do diário *Zero Hora*, de Porto Alegre.

FÁBIO SCHAFFNER - Jornalista do diário *Zero Hora*, de Porto Alegre.

GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - Titular da Delegacia de Roubos de Cargas e Defraudações do Departamento Estadual de Investigações Criminais do Rio Grande do Sul.

SUMÁRIO: Tomada de depoimentos.

OBSERVAÇÕES

Reunião realizada no Estado do Rio Grande do Sul.

Há intervenções inaudíveis.

Há oradores não identificados.

A reunião foi suspensa e reaberta.

Há termos ininteligíveis.

A reunião foi suspensa e transformada em reservada.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Havendo número regimental, declaro aberta a 24^a reunião ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as organizações criminosas do tráfico de armas. Quero, em primeiro lugar, agradecer ao Presidente da Assembléia, Deputado Iradir Pietroski — é um nome complicado —; quero agradecer muito toda a colaboração que a Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul está nos dando. Quero reconhecer entre nós, se possível, se tiver uma cadeira, pode se agregar a nós o Deputado Enio Bacci, Presidente da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados. Havendo possibilidade, gostaria que o Presidente Enio Bacci também pudesse estar conosco. Esta reunião foi convocada, a princípio, para ouvir os jornalistas Humberto Trezzi e Fábio Schaffner, Mauro Maciel e Alessandra Barros. Posteriormente, teremos a oitiva de uma testemunha, que possivelmente virá de forma reservada devido ao conteúdo do que ela terá de falar. Quero dizer que é a primeira reunião que nós fazemos fora de Brasília e por uma questão bastante explícita: o Rio Grande do Sul concentra o maior número de fabricantes de armas e boa parte dos fabricantes de munições. Na fronteira gaúcha nós temos também um problema que eu acredito que até os jornalistas agora vão tocar nesse assunto: temos denúncias graves sobre a atuação do Comando Vermelho e do PCC nessa área do País também, inclusive de forma organizada, o que nos preocupa bastante. Porque nós pensamos que Comando Vermelho, PCC, 3º Comando, Amigo dos Amigos e esses outros comandos que existem hoje no Brasil atuavam só nas penitenciárias. Eles estão muito além disso. Hoje estão com uma organização. Na verdade, eles não importam armas de terceiros; eles já têm a sua própria organização nas fronteiras do País, fornecendo armas e drogas para a organização aqui dentro do País. Então, é algo que nos preocupa muito. Só para terem uma idéia, só o *staff* do Comando Vermelho hoje, aqueles principais líderes... do Comando Vermelho não, do PCC. Só o *staff* dele hoje no País, são quase mil pessoas no *staff*. É por isso que estou colocando. No País, são quase mil pessoas na parte de comando dele. O comando é todo ele dividido, e são quase mil pessoas nesse sentido. Para terem uma idéia, eles têm piloto dentro da cadeia e fora da cadeia. O piloto seria o comandante da área. E esses pilotos têm soldados que trabalham para cada um deles, tanto dentro da cadeia quanto fora da cadeia. Eles já têm hoje o seu suprimento, e basicamente o



seu suprimento ilegal é o quê? São drogas e armas. Esse é o suprimento dos comandos. Drogas e armas. E esse suprimento já é feito quase de maneira autônoma por parte desses comandos. Então, nós estamos ainda a um passo atrás desses comandos no que tange a enfrentá-los e a debelá-los. Há uma diferença: os comandos do Rio de Janeiro vivem em conflito por conquista de área; e o PCC, que é o grande comando de São Paulo, onde não existe esse conflito, ele fica muito mais tranquilo, fazendo as suas atividades criminosas sem ter o problema da concorrência. Em termos de Comando Vermelho, nós sabemos que a atuação de fornecimento de drogas aqui para o Rio Grande do Sul continua totalmente eficaz para o Comando e, logicamente, sempre muito destruidora para a sociedade. Em termos de PCC, nós vemos organizações do próprio PCC, em termos de fornecimento de armas, passando aqui pelo Rio Grande do Sul. Então, esses são alguns dos muitos levantamentos que a CPI vem fazendo. E a CPI está no início. É um trabalho extremamente técnico que nós estamos fazendo. Agora com a devassa financeira, contábil, com a quebra de sigilos de várias pessoas, nós vamos conseguir uma investigação bem mais aprofundada. Talvez a diferença dessa CPI para outras é que, felizmente, não tem o problema do aspecto político. Nós estamos aqui, todos os partidos, reunidos. Eu sou da Oposição, o Deputado Pimenta é da Situação, e nós trabalhamos muito unidos ao Governo. Eu sou de Oposição, e nós trabalhamos bastante unidos nessa luta contra esse crime organizado que vai confundir, no fim, o próprio tráfico de armas com o tráfico de drogas, infelizmente. Feito esse preâmbulo...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Gostaria, antes que nós pudéssemos iniciar os trabalhos propriamente ditos da nossa audiência, de fazer uma questão de ordem. Pedir autorização a V.Exa. para receber um documento. Nós temos aqui hoje a representação dos sindicatos que representam todos os trabalhadores das indústrias que existem no País no ramo de fabricação de armas e munições. Temos aqui o pessoal de Porto Alegre, da Taurus; também da Taurus de São Leopoldo; o pessoal de Monte Negro, de Veranópolis; e temos também o pessoal que veio do Estado de São Paulo, sabedores desta audiência. E foi feito um abaixo-assinado em todas as fábricas do Brasil. Gostariam de passar às mãos da nossa Comissão.



Entenderam que seria a nossa Comissão um espaço apropriado de diálogo para trazerem ao Congresso Nacional a sua preocupação a respeito de todo o debate que hoje existe no País a respeito desse tema. Então, eu gostaria de sugerir que se desse oportunidade para que fosse entregue esse documento e que pudesse ser feita rapidamente uma apresentação, em nome dos trabalhadores de todo o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pois não, Deputado. Não teria grandes problemas, só não podemos levar muito tempo.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Quem vai ser o porta-voz? Claudir é o Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre.

(Pausa.)

O SR. CLAUDIR ANTÔNIO NESPOLO - Muito bem. Então, quero agradecer prontamente em nome dos trabalhadores essa gentileza do espaço. Efetivamente, estamos aqui com a presença do Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre, que tem 1.100 trabalhadores na base, trabalhando na indústria de armas; companheiros do Sindicato dos Metalúrgicos de São Leopoldo, que tem 800 trabalhadores diretamente envolvidos nesse segmento, tanto na Rossi quanto na Taurus, que tem uma planta em São Leopoldo; companheiros de Bento Gonçalves, que estão aqui, e tem em torno de 600 trabalhadores na Boito. Bento Gonçalves faz parte do Sindicato dos Metalúrgicos de Veranópolis, que atende, enfim, Bento Gonçalves e Veranópolis. Companheiros Químicos, do ABC Paulista, que estão aqui, vieram de lá para acompanhar este debate e querem se integrar, na medida do possível, a esta discussão; e os companheiros Químicos de Montenegro que estão aqui presentes. Efetivamente nos preocupa muito, Deputado Moroni Torgan, que essa temática que vocês estão abordando, que é uma temática muito sincera, muito verdadeira, que é apurar de fato o que tem armado a bandidagem, de onde vem o contrabando, quer dizer, apurar sem nenhum contorno ideológico essa questão, isso pode permitir que a sociedade brasileira discuta a questão do desarmamento desapaixonadamente. Quer dizer, ela está depositando muita confiança nesse trabalho da CPI no sentido de que esse debate se produza do ponto de vista de efetivamente subsidiar a sociedade, onde está a causa do problema. A gente acha que o simples plebiscito do desarmamento ou da comercialização de armas no Brasil, na forma que está posicionado, pode significar, para esse setor que está aqui representado, uma perda de postos de trabalho qualificado, uma perda de postos de trabalho em setor que



tem mantido aproximadamente — emprego direto — 2.800 trabalhadores, só aqui no Estado. Então, quero reiterar isto: a importância que a gente deposita na Comissão. E, desde logo, dizer que acreditamos que o conjunto de conclusões que vocês possam produzir efetivamente vai subsidiar este debate, para que a sociedade, em outubro, quando for exercitar o plebiscito, consiga efetivamente se posicionar não em cima da emoção, não em cima de intuições ideológicas, mas em cima de uma situação em que efetivamente se combata a violência, sem que, com isso, se perca empregos ou se opere em variável secundária. Então, de pronto, gostaria de passar às mãos da CPI esta manifestação dos trabalhadores, se o senhor puder receber, em forma de abaixo-assinado — são 2.800 os trabalhadores que assinaram. A gente gostaria de, com isso, materializar nossa intenção de contribuir, como espectador e como agente ativo do ponto de vista do emprego, acompanhar o trabalho de vocês aqui e em São Paulo. Enfim, Deputado Pimenta, Relator da Comissão, e demais integrantes da Mesa, estamos à disposição, estamos apreensivos, mas estamos muito confiantes no trabalho que vocês estão desenvolvendo. Obrigado pelo espaço, e sorte e sucesso para o trabalho de vocês.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Sr. Cláudir é o nome.

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pois não. O Deputado Pompeo quer falar? Pode falar.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Serei breve. Cumprimento o Presidente Moroni; o nosso Relator, Deputado Pimenta; a Deputada Laura, nossa Vice-Presidenta, enfim, todos os colegas Parlamentares. Serei bem rápido.

Hoje pela manhã tivemos visitando a Taurus, uma visita que posso chamar de visita técnica — não é isso, Presidente? —, por conta das informações que recebemos, do diálogo que se estabeleceu com a direção, com os técnicos e com os funcionários da Taurus que nos recepcionaram. Enfim, foi um momento importante para a CPI. Só queria fazer uma afirmação que considero importante, até para que não sejamos incompreendidos, pelo menos no que diz respeito à minha postura e à minha posição.

A CPI, a rigor, não se posiciona quanto à questão do plebiscito, nem a favor nem contra, embora cada um de nós tenha aqui uma posição. A minha é escancarada: eu sou contra o plebiscito, e as razões eu tenho explicitado. Enfim,



estou brigando, faço o que posso lá por mil razões, desde o emprego até o que vão gastar, enfim, não vem o caso direcionar aqui. Mas só para ter essa leitura de que a CPI não vai a favor nem contra o plebiscito. A luta da CPI é contra o tráfico de armas, de preferência da arma que vem do estrangeiro. Claro, vamos examinar a questão das armas nacionais que são extraviadas, toda essa situação. Mas é preciso deixar claro que não vamos nos posicionar, enquanto CPI, a favor ou contra uma ou outra posição, até porque tenho medo que nós, na CPI, sejamos uma minoria contra o plebiscito. Então, quero que a CPI não se posicione. A CPI não é realmente para ser posicional, e o Presidente Moroni sempre tem nos orientado exatamente nesse sentido. Só para esclarecer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pois não. Agradeço o esclarecimento, agradeço a solicitação do Deputado Pimenta também. Quero dizer que é exatamente isto: enquanto a arma estiver na legalidade não é nosso problema, nosso problema é no momento em que ela vai para a ilegalidade. E é essa arma na ilegalidade que traz todo o suprimento para o crime organizado de que falamos. Esses comandos hoje. E agora surgiu um novo, o Terceiro Comando Autêntico, que é o do Robinho Pinga, aliás, Terceiro Comando Puro. E vejam que tudo indica, os indícios todos indicam que o tenente-coronel, aquele preso no Paraná, era um dos homens do Terceiro Comando Puro que ia abastecer com munição, inclusive traçante — aquela munição de guerra.

Bom. Vamos dar uma olhada, todos na CPI, no seu abaixo-assinado, vamos levar em consideração. E essa ressalva já foi feita. Esta CPI é extremamente técnica, não entra o aspecto político na discussão da CPI, porque isso poderia atrapalhar bastante, e quando se atrapalha o trabalho da CPI ajuda-se os bandidos, e não queremos fazer isso de forma nenhuma. Queremos justamente nos manter.

Como disse, respeito todas as posições que temos aqui — e vamos levar tudo isso em consideração —, mas queremos, inclusive, ajuda. Hoje, tivemos algumas reuniões e algumas coisas interessantes surgiram. A CPI sugeriu, por exemplo, à Taurus, à Rossi e a outras que estavam lá que a numeração normalmente colocada do lado de fora da arma tivesse... Não digo botar *chip* na arma, porque seria inviável, mas botar, na fabricação, um componente diferente, com o número lá dentro, que, para a pessoa tirar, teria de destruir a arma. Isso, vocês, que são metalúrgicos,



sabem que é totalmente possível — e, pela cabeça que vocês estão abanando positivamente, digo que é totalmente possível.

Isso poderia ser feito por lote. Quer dizer, posso botar dentro do cano, dentro da coronha, dentro do tambor. Mas, para eu saber onde está, cada lote poderia ter num lugar essa identificação na hora em que se faz o enchimento. Não entendo muito tecnicamente, mas seria na hora em que se faz o enchimento do ferro, do alumínio, de modo que a pessoa só poderia saber se tem ou não tem número quebrando. Como seria 4, 5 lugares por lote, o bandido ia ter que quebrar toda a arma para poder descobrir o lugar. Claro que eles vão saber que é aqui, ali ou é lá, mas teria de quebrar toda a arma, e a arma ficaria totalmente inutilizada no momento em que ele fizesse isso. Para identificação na fábrica, seria fácil, a Polícia já teria todo o ingrediente, já saberia a posição de cada um dos locais, e para a Polícia quebrar seria interessante, porque ela identificaria todo o roteiro. A arma deixaria uma digital por onde ela passasse.

Essa é uma sugestão que já colocamos agora para a fabricação. Vamos ver como fazer a legislação, e possivelmente, mais tarde, pedirmos que vocês mesmos nos sugiram algumas coisas nesse sentido.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pois não.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Quero, rapidamente, também destacar a importância que reputo ao fato de os sindicatos terem buscado contato com nossa Comissão, mesmo não sendo uma Comissão que trata especificamente do tema em questão, mas para de alguma forma abrir um diálogo com o Congresso Nacional, do ponto de vista dos trabalhadores, a respeito das suas preocupações. Então, acho que, em primeiro lugar, é, de alguma forma também, um voto de confiança e de reconhecimento ao trabalho desenvolvido pela CPI.

Por outro lado, concordo plenamente com a questão colocada por V.Exa. Tive oportunidade de visitar a empresa Boito, de Veranópolis. E também, numa outra oportunidade, quando me reuni, no Sindicato dos Metalúrgicos e, depois, na Taurus, sustentei essa opinião que V.Exa. aqui recolocou de forma muito correta. Ninguém mais do que os trabalhadores, que conhecem o processo de fabricação, que montam, que desmontam, que bolam alternativas, pode nos ajudar com idéias, com sugestões. E, nas visitas que fizemos, várias foram as sugestões que começaram a



aparecer, de achar uma forma de se ter um número de registro mais seguro, de maior dificuldade de acesso.

Então, acho que para nós é muito importante, Claudir — e me dirijo a ti em nome de todos os demais dirigentes sindicais que estão aqui —, que vocês também possam ter a iniciativa de sugerir alterações de procedimentos, mesmo de legislação, para que, de fato, possamos ter também argumentos para, do ponto de vista da opinião pública, amplificar as questões que vocês estão nos trazendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pois não.

O Deputado Francisco Appio tinha pedido a palavra.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Meu caro Presidente, Srs. Parlamentares, Deputada Laura Carneiro, senhoras e senhores, queria registrar a importância da vinda da CPI ao Rio Grande do Sul. Aliás, não precisamos ir muito longe. Em 1999, quando a CPI do Narcotráfico percorria os caminhos do narcotráfico no País e no exterior, a repercussão aqui, no Rio Grande do Sul, foi tão grande que o Deputado Paulo Pimenta imediatamente requereu, e constituímos, a CPI do Crime Organizado, uma força-tarefa que também fugiu dos holofotes. Eu lembro, Pimenta, que éramos acusados de soberba, porque não queríamos transmitir todas as informações dada a necessidade do sigilo do inquérito, de resguardar a legalidade do inquérito. E fizemos um grande trabalho. Não há dúvida de que fizemos um grande trabalho.

Hoje, a CPI volta ao Rio Grande do Sul nessa linha de investigação, agora do tráfico de armas, que é uma complementação...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Não sei se V.Exa. viu que esta semana saiu uma matéria grande no jornal *Zero Hora* da condenação do Juarez Marinho...

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Dos remédios.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - ...e todos aqueles envolvidos nas farmácias. Se não estou enganado na edição de segunda-feira ou terça-feira — os bens, todos eles apreendidos, milhões de reais em bens, multa e condenação para todos aqueles. E a matéria fazia referência ao trabalho que foi desenvolvido pela CPI...

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Investigações que foram feitas aqui, nesta sala. Veja bem: uma CPI tem a força de mudar a legislação, mudar



conceitos, estabelecer uma nova cultura. Nós saímos daquela CPI, Presidente Moroni, com a convicção de que não foi o crime que se organizou, mas a sociedade que se desorganizou. Nessa dos remédios, a que o Pimenta acaba de fazer referência, a distribuidora estava no nome da empregada doméstica. A empregada dele é que tinha a posse, a propriedade da distribuidora de medicamentos. Mas faço esse comentário, porque tenho absoluta certeza, Deputada Laura, Deputado Moroni, Deputado Pompeo, Deputado Reginaldo, todos que estão aqui, que esta CPI vem ao lugar certo: o Rio Grande do Sul. As reportagens que os nossos jornalistas têm feito insistente, têm perseverado, mostram que o Rio Grande do Sul está na rota, sim, é rota, sim, e queremos discutir no Estado.

Infelizmente, Deputado Moroni, a repercussão da CPI aqui, no Rio Grande do Sul, é muito modesta. O Congresso Nacional, hoje, está dedicado a outros temas e não tem dado a visibilidade que nós, Deputados, conhecemos lá em Brasília, que acompanhamos.

É uma questão de tempo, é uma questão de tempo, para que os resultados apareçam, pode demorar, como nessas condenações a que o Deputado Pimenta acabou de fazer referências.

Mas preciso saudar, sim, a oportunidade desta reunião e do que ela possa pautar, mas, sobretudo, a presença dos senhores. E nós, Deputado Pompeo, Deputado Pimenta — não sei se o Enio foi Deputado aqui. Foi Enio? Não, foi o Onyx —, que vivenciamos neste plenarinho da Assembléia Legislativa tantos e tantos fatos, temos absoluta certeza de que a reunião de hoje é um desses fatos marcantes na vida dos gaúchos e dos brasileiros.

Obrigado por ter vindo, Moroni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Obrigado, Deputado Francisco Appio.

O Deputado Enio Bacci quer dar uma palavrinha, e o Deputado Reginaldo Germano também. Só peço que sejam breves, porque temos de começar as oitivas.

O SR. DEPUTADO ENIO BACCI - Sem dúvida, Presidente. Uma saudação ao Deputado Moroni Torgan e, em nome dele, a todos os componentes da Mesa, aos colegas Deputados e a todos os que participam deste encontro da CPI.

Eu, como Presidente da Comissão de Segurança Pública, em Brasília, com muito afinco, tenho feito um trabalho que procura pautar uma série de áreas que têm



gerado aumento da criminalidade. Ainda nesta semana, tivemos um evento que discutiu o primeiro fórum de redução de consumo de droga nos Municípios e nos Estados. Foi um fórum que transcorreu durante a terça-feira, da manhã até a noite. E muitos resultados positivos colhemos ali.

Então, certamente, a função que a CPI tem é exatamente a de reduzir o arsenal de armas que temos hoje nas mãos dos bandidos, armas de grosso calibre, que lamentavelmente estão com novas rotas de contrabando. Antigamente, todo o tráfico, ao menos aqui, pelo Rio Grande do Sul, vinha do Paraguai. Hoje — e a própria imprensa tem mostrado isso de forma clara — há novas rotas de contrabando via Argentina, via Uruguai, o que dificulta que haja um policiamento de fronteira.

Aliás, essa é uma sugestão que fica também à CPI. E nós, no nível de Comissão de Segurança, estamos trabalhando essa idéia no sentido de que o Brasil também tenha uma polícia de fronteira. Nós, lamentavelmente, não a temos, enquanto que outros países possuem. Quem sabe até usando, se necessário, as Forças Armadas, é lógico, sob a coordenação da Polícia Federal.

E apenas para que fique registrado e consignado, sou autor de um projeto, Deputado Moroni, que propõe que o número da arma venha dentro do cano. Certamente esse que é sugerido hoje aprimora mais a idéia, mas, sem dúvida, já vínhamos, então, pressentindo a necessidade de que a arma tivesse um número em um local onde a dificuldade de apagá-lo fosse maior e o ato de apagar esse número certamente pudesse danificar o funcionamento dessa arma. Se fosse dentro do cano, também danificaria. Mas é lógico que, se puder ficar em partes distintas e de forma quase que embutida no metal que a elabora, isso inviabilizaria o uso dessa arma pela criminalidade.

Mas, de qualquer forma, então, nossos cumprimentos a todos e que esta CPI possa realmente trazer os resultados que a sociedade tanto anseia e tanto deseja.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Obrigado, Deputado.

Quero ressaltar a presença do Deputado Estadual Fabiano Pereira. Seja bem-vindo. Muito obrigado pela presença.

Com a palavra o Deputado Reginaldo Germano.



O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Grande amigo Deputado e Presidente Moroni Torgan, Deputados Paulo Pimenta, Laura Carneiro, Enio Bacci, Onyx Lorenzoni, Neucimar Fraga, amigos jornalistas, representantes de sindicatos, aquela visita hoje à fábrica da Taurus aqui em Porto Alegre, Deputado Moroni Torgan, veio trazer um certo esclarecimento melhor, do que, acredito, todos nós estávamos precisando. Nós sabemos que as armas utilizadas nos crimes nas grandes cidades, claro, são armas contrabandeadas, armas que vêm de forma ilegal. A maioria delas não são de fabricação brasileira. Mas nessa visita hoje lá na Taurus pudemos ver que só pode haver contrabando de arma legal se houver corrupção.

Se não houver corrupção, arma legal dificilmente vai ser contrabandeadas, desviada para o uso da criminalidade, onde circula mais dinheiro. E nos deu a certeza de que precisamos aprofundar essa investigação para esse lado. Se as pessoas que têm responsabilidade de fiscalizar, de autorizar, de transportar não estiverem envolvidas com o contrabando, com o desvio e com o crime organizado, então as armas legalizadas, as armas legais que podem ser vendidas nas lojas, que podem ser adquiridas por pessoas de bem, dificilmente estariam sendo desviadas ou usadas na criminalidade.

Então essa visita de hoje nos deu essa visão, pela forma com que são fabricadas, pelo controle, pela maneira com que são controladas, pela numeração, ainda que algumas, quando desviadas, tenham a numeração raspada. Mas ainda assim ainda é possível descobrir a sua fabricação, a sua maneira de fabricação, a sua identificação. Eu acho que esta nossa Comissão sairá daqui amanhã, quando terminarem essas audiências, com um trunfo ou com um caminho a seguir.

Assim como no caso que o Deputado Moroni Torgan comentou sobre o coronel, o bombeiro que transportava munição traçante de armas de grosso calibre, de armas potentes, no Rio de Janeiro, e que se envolveu para fazer esse transporte, se não houver uma autoridade ou alguém responsável envolvido no desvio dessas armas, pura e simplesmente elas não serão desviadas. Eu acho que esse vai ser mais ou menos o caminho que a gente poderá tomar.

E a imprensa, como sempre, especialmente o jornal *Zero Hora*, tem a responsabilidade de nos acompanhar. Como? Denunciando sempre, falando sempre, mostrando sempre por onde e como as coisas estão acontecendo nas



fronteiras secas. Hoje a gente descobre um caminho, amanhã a criminalidade constrói outro; amanhã a gente descobre um caminho, depois de amanhã a criminalidade constrói outro. E a imprensa tem essa responsabilidade de denunciar e nos demonstrar por onde podemos ir buscar esse desvio e esse contrabando.

Eu quero agradecer a todos os senhores que aqui estão — sindicatos, jornalistas — e dizer que estamos a trabalhar, junto com nosso grande amigo Deputado Moroni Torgan, o Relator Paulo Pimenta, a Deputada Laura Carneiro, o Deputado Neucimar Fraga e todos os Deputados que aqui estão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Obrigado, Deputado Reginaldo Germano.

Quero dizer que ouvi alguma coisa, muitas vezes, relativa à preocupação de que ainda não tem o respaldo da opinião pública esta CPI. A Deputada Laura Carneiro sabe como começamos a CPI do Narcotráfico. Ela foi uma CPI que não se preocupou nunca com isso. Não se pode dizer que isso não é importante. É importante porque, a partir do momento em que a opinião pública se envolve no processo, o número de denúncias fica muito maior. E essa é a grande importância de ter a opinião pública envolvida no processo.

Agora, estamos fazendo da mesma forma, tecnicamente, passo a passo. Temos dois meses de CPI e, felizmente, estamos indo num roteiro bem interessante. Estamos analisando o tráfico de armas desde o Oiapoque até o Chuí. Infelizmente, em todas as regiões do Brasil, há tráfico de armas.

Acredito que no segundo semestre esta CPI não vai ter como parar mais, vai ter que dividir os trabalhos, como fizemos na CPI do Narcotráfico, infelizmente. Para terem uma idéia da importância da CPI, digo que tivemos uma autoridade, ontem ainda, falando que 80% das armas importadas do Rio de Janeiro — isso foi a autoridade que falou com base num levantamento que eles fizeram provavelmente nas armas apreendidas —, vinham de duas lojas do Paraguai que eram importadoras de armas. Quer dizer, era só fazer um controle em cima dessas duas, que já teriam 80% das armas contrabandeadas. Vamos supor que seja exagero — não entro no mérito — e que seja 60, 70. Mas duas casas fazem tudo isso! Se fosse 10% já era muito. Mas vamos baixar de 80 para 40. Ainda assim é muito. E essas



autoridades estavam já há um ano e pouco tentando descobrir detalhes dessas duas casas. De ontem para hoje, a CPI já sabe tudo sobre as duas casas. Já sabe tudo.

Vejam a agilidade que a burocracia não permite muitas vezes ao organismo policial. E, felizmente, nós conseguimos vencer essa burocracia com a CPI rapidamente. Hoje já estou com todos os dados nas mãos. Nós estamos com todos os dados em mãos — endereço, telefone, sócios, tudo sobre essas duas casas. Ontem a autoridade disse que há um ano, mais ou menos, tentava descobrir e não descobriu. Acionou a INTERPOL, acionou isso, acionou aquilo e não...

Vejam: é essa agilidade que nós queremos dar. Por isso que aqui — vocês viram agora, eu deixei os Deputados falam para terem uma idéia — a unidade desta CPI, que é o mais importante. Aqui, acima de tudo, está a vida do nosso povo. Quer dizer, nós queremos dificultar o armamento do bandido, nós não podemos dizer que vamos acabar com as armas do bandido, porque seria uma idiotice, mas pelo menos que ele tenha grande dificuldade de armar suas quadrilhas. Espero que nós possamos ter investigações que sejam mais efetivas no sentido de responsabilizar essas quadrilhas. E reportagens como as que foram feitas pelos jornalistas do *Zero Hora*, tenho certeza, colaboraram também com esse trabalho. Foi com essa intenção que nós convidamos os jornalistas, a quem agradecemos pela presença, por estarem aqui.

Vamos agora, sem mais delongas — vou pedir só um microfone sem fio para que seja dado aos jornalistas —, ouvir o jornalista Humberto Trezzi. E sabendo todo o conteúdo, claro que V.Sa. tem o tempo que desejar para fazer uma exposição inicial; depois os Deputados vão arguir alguma coisa a mais sobre esse levantamento, que eu achei bastante interessante e que vem comprovar aquilo que a CPI já estava inclusive antecipando, quando ouviu pessoas ligadas ao Comando Vermelho e ao PCC — Primeiro Comando da Capital.

Tem V.Sa. a palavra. E agradeço, mais uma vez, pela presença de V.Sa. aqui.

O SR. HUMBERTO TREZZI - Tenho 20 anos de profissão e 16 ou 17 no *Zero Hora*. E, nesse período, várias vezes já fizemos reportagem na fronteira, tentando mostrar a permeabilidade, a penetração de todo tipo de coisa ilegal, seja contrabando ou tráfico mesmo, no que se relaciona a drogas. Uma vez, numa ocasião, eu e o Fábio, que está aqui do meu lado e que também é repórter há tempo



do *Zero Hora*, mostramos — e isso foi motivo, posteriormente, de um depoimento nosso em uma Comissão fixa na Assembléia Legislativa — a facilidade com que se encomendava armas no Uruguai. Isso há uns 5 anos. Aí, quando se instaurou esta nova CPI, propus no jornal que a gente mostrasse, numa semana mesmo, como é que estava a situação passados 5 anos daquela nossa primeira reportagem. Isso foi em 99 ou 2000. Em 2000. O Fábio depois vai falar um pouco, porque ele voltou a uma das lojas em que a gente esteve. O trágico disso tudo é que não mudou nada. Existia uma promessa. Na época, foram chamados aqui o Cônsul do Uruguai, o Cônsul do Paraguai, da Argentina. Estiveram aqui no Plenarinho também. Revelei para eles como é que tinha sido a reportagem, que a gente tinha tido facilidade de atravessar a fronteira, depois de encomendar arma e tal, e houve uma promessa de tentativa de mudança das leis dentro do Uruguai e tal, e ficou na promessa. Vocês vão ver isso com o depoimento do Fábio. Eu vou dar uma resumida na minha parte. Evidente que não é assim para se mudar uma legislação de um país. Há controvérsia dentro do Brasil, imagem em um país que tem uma tradição de caça muito grande, como o Uruguai, e caça usando um armamento pesado e tal. Isso é uma questão cultural. Na Argentina também a caça é liberada, de grande porte e tal. Então se usam armas de calibre mais pesado para isso. No momento em que tu usas arma de calibre mais pesado em países como esses, como o Uruguai e a Argentina, no caso das nossas fronteiras, nós temos 1.727 quilômetros de fronteira com o Uruguai e com a Argentina, a maior parte dela seca. E sendo assim, é fácil para qualquer gaúcho atravessar para o outro lado e comprar um armamento como se fosse para participar de caçada e trazer para o lado de cá. E a gente acabou descobrindo que não precisa nem ir lá. Você pode fazer a encomenda. Pode ir uma vez, alguém ir uma vez, e depois fazer encomendas. Basta comprar uma vez e ganhar a confiança dos lojistas. Isso não é difícil de fazer. Tive o depoimento de uma pessoa que me falou que isso é possível. Comprando alguma vez, tu viras cliente e eles te entregam em Porto Alegre. Resumidamente, o que a gente fez? Eu fiquei em Porto Alegre dessa vez. A outra vez eu fui com o Fábio na loja, há 5 anos, e ajudei a encomendar. Gravamos a pessoa. Dessa vez, eu fiquei em Porto Alegre. Então, na minha atuação aqui, vou ser breve. Eu organizei a pauta a partir das idéias. Será que é possível ainda fazer? Não só é possível como piorou a situação em certos aspectos. A gente não tinha provado nada na Argentina; dessa vez comprovamos



que na Argentina está a mesma coisa. O que deveria ter, mesmo existindo uma legislação bem mais liberal com relação às armas nesses países — e ela é muito menos dura do que a nossa. Na nossa você tem prisão em flagrante para pessoa que não tem porte de arma; do lado de lá não existe a prisão em flagrante; aqui você tem restrição a calibres acima do .38, do lado de lá não existe restrição a calibre, seja no Uruguai ou na Argentina. Ou seja, armas de grosso calibre, muito mais mortais do que uma arma calibre .38, são vendidas livremente. Mesmo assim deveria existir — a lei manda — proibição de venda a estrangeiros. E essa reportagem da gente mostra que essa proibição é letra morta. Na outra ocasião em que estivemos lá, eles nos ofereceram um padrinho uruguai para comprar arma no nome dele, sendo que a gente transportaria a arma para cá, sem nos conhecer. Eles oferecem isso para quem quiser. Eu disse: "eu sou brasileiro, como é que faz isso?" — *"A gente arranja um padrinho para você, ele compra no nome dele, entrega a arma para você, e está feito"*. E, nessa ocasião, estava pior: nem isso foi oferecido. Mas, resumidamente, estivemos em 4 pontos: Santana do Livramento, que é fronteira com a cidade uruguai de Rivera; estivemos em Melo, que é uma cidade uruguai pertinho da cidade brasileira de Aceguá. Um outro colega, que não está aqui hoje, o Mauro Maciel, esteve em Paso de los Libres, perto lá da terra do Deputado Pompeo, uma cidade da Argentina que faz fronteira com a cidade de Uruguaiana, gaúcha. E a colega Alessandra esteve, no caso já tinha mencionado, acho que em Rivera, do lado e lá. Em todos os lugares, a gente conseguiu fazer encomendas de armas, gravando tudo, para trazer para o lado de cá. A gente só não comprou por uma decisão do jornal de não cometer o crime. A gente fez a encomenda do crime, acertou, e não trouxe por "n" razões, uma decisão, nesse ponto, ética até, mas existem questionamentos legais também, se a gente não vai estar incorrendo no crime ao fazer isso, se não vai estimular. Então, se tomou essa decisão. Poderia se fazer de uma outra forma, e uma vez a gente fez isso aqui em Porto Alegre. Uma colega comprou um fuzil de um traficante aqui do Morro de Santa Teresa. E ela comprou mesmo, só que antes ela declarou para um Promotor, fez um testemunho dizendo que iria adquirir a arma apenas para comprovar que é possível comprar dos traficantes aqui, e foi feito isso. Dessa vez, o jornal optou por fazer algo mais *soft*. Só fazer a encomenda gravada e depois não... E a gente fez isso. O Fábio vai poder depois dar o testemunho de como é que foi feita essa encomenda. Eu vou



resumir para vocês, em nome das duas pessoas que não estão aí, os colegas que não trabalham mais no *Zero Hora*, um virou advogado agora, e a outra colega está trabalhando numa assessoria de imprensa. Então, eles não apareceram aí,. Mas da parte deles eu vou dar uma resumida. A Alessandra Barros, que esteve em Rivera, foi numa loja chamada Guns & Ammo, que é uma loja bem conhecida, uma *armería* como eles chamam. E essa Guns & Ammo vende muito material de caça. Ela conseguiu encomendar lá uma pistola Taurus 9mm de 12 tiros — eles vendem pistola, material de defesa e de caça, e 9mm é um calibre proibido no Brasil —, por 800 dólares, 2.200 reais, o que não é um preço muito caro em se tratando de uma pistola. E a única exigência que eles fizeram para ela foi a de que ela colocasse, que eles colocassem o nome de um uruguai na nota.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Desculpe, qual é a cidade?

O SR. HUMBERTO TREZZI - Em Rivera.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Rivera?

O SR. HUMBERTO TREZZI - É. Fronteira com Santana do Livramento, no Rio Grande do Sul. Fronteira seca.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Qual foi a data?

O SR. HUMBERTO TREZZI - A data?

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - É.

O SR. HUMBERTO TREZZI - Agora em março. Então, a compra foi acertada por 800 dólares. Eles vendem em dólar, não vendem em reais. Eles exigiram apenas que um laranja uruguai assinasse a nota como comprador. Eles levariam essa nota e dariam uma baixa da venda da arma na delegacia local, na chefatura de polícia, que fica na praça a 500 metros da linha da fronteira brasileira. E, a partir desse momento, ela poderia... Eles voltariam, o próprio funcionário da loja faria isso, voltariam com essa nota. E aí a menina poderia levar a pistola. Ela foi com um rapaz se passando por namorado dela. E isso está lá gravado, foi gravado por ela numa fita. Quanto à munição, foi pior ainda. “*A munição*”, eles disseram para ela: “*se a senhora comprar até duas caixas de munição não precisa nem nota. A senhora pega e leva*”. Essa foi uma ocasião. Eu estou repetindo coisas que eles têm gravado e tal. Não foi meu trabalho, mas como eles não estão aí... No caso do Mauro Maciel também foi pior, só que o calibre é um calibre permitido no Brasil. Caibres .22 e .38, são revólveres comuns. Ele atravessou a Ponte Internacional, ali é uma fronteira



molhada, como a gente chama, sobre o Rio Uruguai, até Paso de los Libres, que é uma cidade pequena argentina do lado de lá de Uruguiana. E lá ele foi na única armeria que tem na cidade. Deixa me lembrar, aqui está o nome Barbus Caza y Pesca, em Paso de los Libres. Do lado de lá, ele acertou com a balconista a compra de revólver calibre 38 por 600 reais, .38. Daí ele perguntou: posso comprar e levar? *“Sim, pode comprar e levar na hora. Ah, arma de caça eu tenho uma calibre 12 que custa 1.200 reais. Essa também pode comprar e levar na hora, é a única que temos para caça”*. Não exigiram preenchimento de nota, nada. Munição, poderia compra à vontade também. Mas isso são armas, repito, a gente ouve falar que isso aqui é possível no Brasil também. As nossas lojas são até mais restritas, mas também você poderia comprar esse tipo de arma aqui, só que você teria restrição quanto à nota, talvez exigissem registro ou perguntassem para que, se tem porte, não tem porte e tal. Lá não foi pedido nada, bastava ter o dinheiro. E a segunda parte da minha reportagem, além da estatística que a gente publicou, eu falei com pessoas aqui de Porto Alegre que adquirem armas que são de uso proibido no Brasil. Eu falei com um comerciante e com um ex-policial. Essa conversa foi uma conversa reservada com eles. As pessoas deixaram que a gente fotografasse as armas, desde que não os identificasse. E vocês não de compreender que isso aí faz parte das negociações, são coisas que vocês fazem também, depoimentos reservados, para que a pessoa conte como é que funciona a coisa, desde que vocês não a prejudicassem.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Que o diga o “Garganta Profunda”, né?

O SR. HUMBERTO TREZZI - É verdade. E como a gente ia mostrar as lojas que fazem esse tipo de coisa, eu achei que não tinha problema a gente preservar a identidade das pessoas. Quem é o tipo de comprador que a gente conseguiu conversar aqui? São colecionadores, pessoas que são apaixonadas por armas ou pessoas que lidam com segurança, que têm empresas de segurança. Esse tipo de gente tem armamento proibido, ou armamento legalizado ou mesmo armamento contrabandeado de calibre legal no Brasil, mas compram fora porque acham mais barato. E como é que eles compram? Fazem essa viagem que a gente fez até a fronteira e encomendam da mesma forma que nós, têm a mesma facilidade. Eu falei com um deles, que tem um AR-15, um M16 e uma Metralhadora UZI. São todos



armamentos de guerra. E falei com um outro que tem um AK-47. Ambas essas pessoas tinham pistola também de calibre proibido no Brasil, como a Glock, que é uma pistola feita de material polímero, acho que cerâmica ou algo assim, que dependendo do — para quem não sabe, é uma questão técnica — detector não é detectada e que também é acessível. Hoje em dia acho que se fabrica no Brasil esse tipo de arma, mas são de calibres proibidos. Aí a gente fotografou e só mostrou que algumas pessoas têm, sim, acesso a isso. Uma dessas pessoas, um comerciante me disse que, depois da primeira compra de uma arma pesada que ele fez do lado de lá, ele simplesmente encomendava as próximas por telefone. E a pessoa mandava alguém, funcionários trazerem aqui em Porto Alegre. Então, eu não sei se o que ele está falando é verdade. Suponho que sim, porque ele tem as armas. É possível que aconteça o mesmo, pelo que a gente ouve falar, em Bagé. Como vocês sabem — e recentemente vocês ouviram a pessoa —, recentemente foi preso um pessoal integrante de clube de caça e tiro que encomendava armas no Uruguai. Então, a situação...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Tu fizeste a matéria com o Beleza?

Foi tu que fizeste?

O SR. HUMBERTO TREZZI - Não, quem fez a matéria com eles foi o Fábio. O Fábio pode falar. O Fábio acompanhou a operação que resultou na prisão do Beleza. Então, eu e o Fábio fazemos dupla sobre esse assunto há tempos já, uns 5 anos. Mas é isso aí. Deixa eu ver se tem mais. Ah, bom, reservadamente esse nome já está na Federal, mas, por exemplo, eu conversei... Para essa matéria, acabei não usando o nome dessa pessoa, porque ele está livre hoje, atualmente ele não está condenado a nada. Ele já pagou a pena. Mas tem um comerciante que tem posto de gasolina em Livramento. Ele é "doble chapa", é uruguai e brasileiro, tem nacionalidade dupla. Esse comerciante já esteve detido, não... foi indiciado 5 vezes pela Polícia Federal por contrabando de armas, sendo que uma das vezes... Ele mora lá na cidade de Rivera, mas tem também outras residências aqui no lado brasileiro. Esse comerciante, uma das vezes, mandou para o Brasil, por SEDEX, um fuzil AK-47 até o Rio de Janeiro — por SEDEX! Então, eu sugeriria que fosse ouvido essa pessoa agora na CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Como é que é o nome dele?



O SR. HUMBERTO TREZZI - Essa pessoa, o nome dele é Ricardo Orlando Bouchacourt. Ele não foi mencionado na reportagem, como eu digo, porque no momento ele não deve nada. Mas eu acho interessante ouvir uma pessoa que foi tantas vezes indiciada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Ricardo Orlando?

O SR. HUMBERTO TREZZI - Bouchacourt. Mas a Federal sabe disso. A polícia tem. Bouchacourt, é francês o nome. Assim como o Beleza foi ouvido. O Beleza foi ouvido, porque, com ele, se encontrou um arsenal fantástico de mais de 60 armas. O Bouchacourt algumas vezes foi pego com armas. Eu falei com ele agora, ele disse que não queria aparecer na reportagem. Disse que já não compra nem vende armas e tal, disse que não faz isso e o que ele tinha para acertar com a Justiça está quites. Mas talvez acho que fosse interessante ouvir sobre as vezes que ele fez. É isso aí que eu tinha para dizer. Se quiserem...

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu gostaria, eu acho melhor nós ouvirmos os dois e depois, então, fazermos as perguntas. Se os Deputados concordarem. *(Pausa.)*

Então, eu gostaria que o Sr. Fábio Schaffner pudesse então complementar aí o que foi falado pelo Humberto.

O SR. FÁBIO SCHAFFNER - Como o Trezzi explicou, a proposta foi retomar uma matéria que já tinha sido feita em abril de 2000, voltando a esses locais para ver como é que estava a situação. E, em 2000, eu tinha visitado duas lojas de armas em Melo, que é uma cidade que fica a 120 quilômetros de Bagé, cidade uruguaia, onde, na época, nos foi indicado a utilização de laranjas para compra de similares de fuzil AR-15, pistolas 9mm, equipamentos proibidos. Dessa vez, a gente voltou a essas duas lojas. A primeira loja estava fechada, não existe mais, que é a Sasa, que ficava numa das avenidas principais de Melo. Mas, na segunda loja, a gente entrou e só não saiu com as armas, como está na reportagem, realmente porque não quis. Tinha similares de fuzil AR-15, pistolas 9mm e outros fuzis de calibre 2.43, de fabricação americana. E o que chamou a atenção, primeiro, foi a não-exigência de nada, apenas do dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Isso foi no Uruguai?



O SR. FÁBIO SCHAFFNER - Isso foi no Uruguai, na cidade de Melo, a 120 quilômetros de Bagé.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - A120 de Bagé?

O SR. FÁBIO SCHAFFNER - É 60 de Aceguá, que tem o lado brasileiro e o lado do Uruguai, a 60 quilômetros do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Sessenta quilômetros?

O SR. FÁBIO SCHAFFNER - Sessenta quilômetros do Brasil. Mas o que nos despertou bastante a atenção foi que a maioria dessas armas que essa loja vendia era usada, e algumas de...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Ah, eram armas usadas?

O SR. FÁBIO SCHAFFNER - Usadas e novas. Mas a maioria era usada, inclusive ele dá essa justificativa para os preços serem mais baratos, né, porque as armas eram usadas, o que nos leva a questionar de onde vêm, que rede é essa, porque se sabe que o Porto de Montevidéu é um pólo forte de contrabando de eletrônicos, armas, vestuários, mas, geralmente, materiais que vêm das indústrias dos Estados Unidos e da China. Agora, uma loja estabelecida há mais de 5 anos, porque a gente esteve lá em 2000, voltou agora em 2005, e nada foi feito, porque ela continua vendendo para brasileiros, sem exigência de documentação, e armas sem procedência definida, pelo menos conhecida, mostra que realmente nada está sendo feito para tentar impedir ou pelo menos coibir esse tipo de comércio ilegal. Porque a gente entrou na loja como se fôssemos clientes, interessados em comprar. A gente não se identificou por jornalista, até porque, senão, levaria ao fracasso da reportagem. E era uma loja que a gente já havia visitado. Então, havia até o receio de que fôssemos reconhecidos, enfim. A gente começou perguntando por arma de caça, calibre 12, armas que são permitidas no Brasil. E, conforme ia vendo o mostruário ali, ia perguntando, levando o diálogo como se fosse uma negociação, realmente, por curiosidade e interesse em aquisição das armas. E aí que surgiram essas informações de que as armas eram, a maioria delas, usadas. E bastava apresentar o dinheiro. E tinha inclusive, como tem na foto que ilustra a reportagem, um fuzil 22, americano, que é réplica do AR-15, capaz das mesmas proezas, como inclusive diz no texto. Esse aí, no caso, segundo o vendedor, era dele, não estava à venda. Não sei se, mediante uma negociação mais persistente, um valor alto sendo oferecido, ele não revendia. Porque, da outra vez que eu estive nessa loja — eu não



cito isso nessa reportagem, mas saiu na *Época*, em abril de 2000 —, a gente pediu o AK-47, ele disse: “*Eu não tenho, mas sei quem tem*”. E dessa vez a gente perguntou pelo AR-15 que estava na parede, ele disse: “*Não, é meu, eu só uso para...é meu, não está à venda*”. Então, um AR-15 decorando a parede.

O SR. HUMBERTO TREZZI - Só fazer um comentário. Vocês estão olhando as fotos, aí. No lado esquerdo da foto, deve ter uns 10 fuzis enfileirados, em pé. E na vitrine, ali, vocês podem ver uma pistola, um revólver Magnum calibre 357, também proibido. Todos esses calibres que vocês estão vendo do meio da foto para a esquerda são proibidos no Brasil, tudo ao alcance de brasileiro e oferecido ao brasileiro.

O SR. FÁBIO SCHAFFNER - É simplíssimo. A loja fica a 4 ou 5 quadras do centro de Melo, é numa casa, uma pecinha pequena, bem camuflada. Tem uma placa “*Armeria — Todo Armas*”, na frente, mas é bem discreta. E, quando eu fiz a pergunta para ele, eu digo “*Tá, eu compro, e para levar?*” Se alguém pára, pode ser a polícia brasileira lá, mas não pára, porque todas a vezes que a gente vai... vou freqüentemente ao Uruguai fazer matéria não só de arma, de polícia, mas, enfim, de economia, e produção primária, e praticamente nunca fomos parados, tanto pela polícia brasileira como a polícia uruguaia. A gente veio de lá, rodou cerca de 500 quilômetros, porque a minha base é Pelotas, de Melo até Pelotas. Em nenhum momento fui parado por ninguém. Quer dizer, a facilidade para entrada é incrível, entrada e saída. Nem para pedir documentos, como para abrir porta-malas, revistar seja o que for. Se a gente tivesse levado todos esses fuzis que estão aí, hoje estaria aqui no Brasil pronto para assaltar um banco, porque não tem, a fiscalização é pífia, realmente, para não dizer nula. Da minha parte, é isso. Não sei se vocês têm alguma dúvida.

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É, mas eles estão encerrando. Então, eu gostaria de saber se há algumas coisas. Não, ela está só acompanhando eles, né?

O SR. FÁBIO SCHAFFNER - Nossa causídica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu gostaria de saber o seguinte: a encomenda que tu fizeste, por exemplo. Não sei se vocês tentaram,



mas, por exemplo, encomendar 50 fuzis ou coisa parecida. Eles teriam como suprir, se fizesse alguma coisa dessas?

O SR. FÁBIO SCHAFFNER - Eu perguntei por armas individuais, pelo preço. Não fiz encomendas de grandes lotes, assim. A nossa idéia era sair de lá, como se fosse voltar. Seria... A gente deu a desculpa de que iria a um câmbio trocar o dinheiro. Mas se fosse voltar para levar um daqueles fuzis ali, mas não, não perguntamos por grandes lotes.

O SR. HUMBERTO TREZZI - Quero fazer uma observação. Eu tive essa curiosidade, quando eu perguntei aqui em Porto Alegre para as pessoas que compram armas; *“E se eu pedisse um lote de armas inteiro?”* Ele disse: *“Jamais tu irias conseguir comprar, porque eles não te conhecem”*. Então, tu apareces lá como comprador, pela primeira, vez, vais pedir 50 armas, o cara nem olha para ti. O negócio é você comprar uma primeira vez, uma segunda vez, quem sabe, com o tempo, eles vão te vender um lote de 20, como tudo que é ilegal. Eles sabem que é ilegal vender para brasileiro. Então, chega um brasileiro e pede 20 armas, eles pensam: *“Esse cara é louco ou é policial”*.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Ou bandido, não?

O SR. HUMBERTO TREZZI - Não, nem vai pensar que tu és bandido. Bandido nenhum ia comprar 20 de cara. O bandido é esperto, o bandido vai lá, sonda, ou ele já é apadrinhado, ou ele já vai indicado para o dono da loja. Eu não sei se essas lojas — não vou ser injusto — fazem venda de lotes gigantes. O que a matéria tenta mostrar é que elas vendem, sim, para brasileiro, sem nenhum controle. Eu, se fosse bandido, eu compraria, mas o quê? Meia dúzia, 3 ou 4, certo? Talvez, depois de uma primeira compra...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas pensa um pouco. Só esses 10 fuzis que estavam lá, à venda, que eu acho que se tivesse dinheiro ele vendia...

O SR. HUMBERTO TREZZI - Eu acho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - ...Dizendo: *“Não, eu quero arrematar esses 10 aqui”*.

O SR. HUMBERTO TREZZI - Acho que sim.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Hein, Fábio, vocês acharam armas de fabricação nacional nessa loja lá em Melo?



O SR. FÁBIO SCHAFFNER - Tinha esse... Não é Taurus, esse revólver que aparece no...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O 357.

O SR. HUMBERTO TREZZI - Magnum.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O 357. Esse usado?

O SR. FÁBIO SCHAFFNER - Não, acho que aquele ali é novo.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Novo.

O SR. FÁBIO SCHAFFNER - Sim. E tinha pistola 9 milímetros. Acho que tinha uma Taurus. Tinha armas brasileiras, no caso. Sobre a compra, no caso, eu perguntei pelo fato de a gente querer passar a fronteira, voltar para o Brasil, se havia muitos brasileiros, se havia brasileiros que compravam lá, e eles, o cara disse que sim, que tem brasileiros, geralmente caçadores ou de clube de tiro. O que é o abrigo que, enfim, muitos acabam se escondendo. Como...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É a anestesia para o que vende: *“Não estou vendendo para bandido, estou vendendo é para caçador...”*

O SR. FÁBIO SCHAFFNER - ...essas apreensões recentes aí que foram feitas em Bagé e em Santa Cruz.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - O caçador não precisa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Só queria saber o que eles caçam com AR-15. É isso que queria saber.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Eu tenho uma dúvida, Moroni. Você já ouviu, Fábio, qualquer um de vocês dois, algum momento falar numa empresa, Perfecta Sami, em Assunção, e Agrícola San Felipe?

O SR. FÁBIO SCHAFFNER - Não.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não tem nenhuma delas na matéria de vocês?

O SR. HUMBERTO TREZZI - Eu já estive no Paraguai várias vezes. Eu conheço é uma outra.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Qual é?

O SR. HUMBERTO TREZZI - Aí não é fábrica, nem é um atacado. A Casa China.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Ah, sim, isso.



O SR. HUMBERTO TREZZI - Você conhece a Casa China? Sim, mas a Casa China funciona nesses mesmos moldes dessas do Uruguai, só que eu acho que em quantias 10 vezes maiores do que essa. Na calçada do lado, numa calçada a 20 metros da fronteira brasileira. E aí você compra o que quiser também.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sim, mas a gente... Eu fui da CPI da Pirataria...

O SR. HUMBERTO TREZZI - ...Narcotráfico.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - E da CPI da Exploração Sexual e a do Narcotráfico. Nas 3 a gente foi lá ver a fronteira. Todas a mesma coisa, o que quisesse. A Casa China, então, tem de tudo, para todos os gostos de CPI.

O SR. HUMBERTO TREZZI - Todos os gostos de CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Acho que outra coisa que é interessante, tu ressalvaste, mas nessas idas e vindas não teve nenhum controle de autoridade nacional, porque estrangeira, tudo bem, é problema deles. Agora, essa passagem da fronteira. Porque vocês devem ter ido de carro, né?

O SR. FÁBIO SCHAFFNER - De carro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Quer dizer, o carro era identificado?

O SR. FÁBIO SCHAFFNER - Não, sem o logotipo, carro discreto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não era identificado, porque, se fosse identificado, poderia dizer: "*Não, porque era da imprensa... aí, o pessoal não...*"

O SR. FÁBIO SCHAFFNER - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E quantas vezes foram abordados para fazer uma fiscalização?

O SR. HUMBERTO TREZZI - Nenhuma.

O SR. FÁBIO SCHAFFNER - Nunca.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Nunca. Quer dizer, o problema todo começa aí. A gente reclama que do lado de lá estão vendendo livre, mas do lado de cá ninguém está fiscalizando nada.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Moroni, mas também tem dia em que não dá para fiscalizar. Na Pirataria isso ficou tão nítido. Eles têm, assim, não me



lembro se era terça ou quarta-feira, o tal dia do bonde. Então, são milhares de ônibus, um atrás do outro. Não tem como parar, porque...

(Não identificado) - No Paraguai, no Uruguai não...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não, no Uruguai, não, mas tem também bonde.

O SR. FÁBIO SCHAFFNER - Sem querer levantar falsas suspeitas, tem a corrupção também. A gente fez a matéria sobre a "Transpropina", que é sobre pirataria e contrabando. E ali está demonstrado como em cada posto tem alguém que está encarregado de liberar.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Você concorda, Fábio, vocês concordam, de uma maneira, até a parte física da fronteira facilita.

O SR. FÁBIO SCHAFFNER - Ali, é. Se quiser, não precisa passar pela BR.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Falta dizer assim: "*Para quê? Entrega logo, melhor, abre logo*".

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Aqui em cima. É isso que eu queria saber. Vocês fizeram a travessia pela Ponte Internacional?

O SR. FÁBIO SCHAFFNER - Não, eu fiz em Melo, e Aceguá, no caso.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Ah, Melo. Melo é seco.

O SR. HUMBERTO TREZZI - Fez pela ponte ali perto da sua região e foi feito pela ponte internacional, não foi parado o carro. Foi de táxi. Foi num táxi.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Qual das pontes?

O SR. HUMBERTO TREZZI - Ponte Internacional de Uruguaiana.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - De Uruguaiana. Porque ali tem duas, né?

O SR. HUMBERTO TREZZI - Tem a de São Borja, mas ele foi pela de Uruguaiana, que é a principal, que tem a aduana, e não foi parado o táxi. Mas isso é comum. Eles não podem parar tudo. Aí, seria exigir demais que se parasse tudo, você tranca o comércio na fronteira. Mas eu digo, era de noite. O rapaz foi à tardinha.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Uma outra curiosidade...

(Não identificado) - É por amostragem.

O SR. HUMBERTO TREZZI - É por amostragem. Existe, não vamos ser injustos, existe por amostragem. Será que ela é suficiente? É isso o que eu me



pergunto. Ou por informação, denúncia. Acho que tem de trabalhar com denúncia muito, ou um acordo de governos, né?

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Imagine se eles fossem passar ali no porto em Tuparendi, no Porto Soberbo, em Três Passos, que são lugares que não têm nada, não têm aduana, nada.

O SR. HUMBERTO TREZZI - O Deputado está falando da região em que ele atua. Lá existem vários pequenos portos na divisa com a Argentina...

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Uns 20, pelo menos.

O SR. HUMBERTO TREZZI - É, uns 20. Em todos eles aí há contrabando de tudo o que vocês imaginam. E nessa região em que o Fábio esteve, tem as BRs, que são as estradas federais, que assim mesmo são escassamente fiscalizadas, mas fora das BRs têm as rotas de contrabando que o pessoal conhece, que são estradas vicinais, estradas de chão batido. Nessas aí...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Me chamou a atenção que eu estive recentemente lá em Rivera, conversei até com o colega de vocês lá em Uruguaiana, o Francisco, né?

O SR. FÁBIO SCHAFFNER - Francisco Amorim.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - E conversei com o Cônsul no Brasil em Rivera e pedi que fizesse um levantamento de quantos brasileiros estavam presos no presídio de Rivera, por tentar entrar no Brasil com armas ou munição. Tem 57 brasileiros presos em Rivera, e não tem nenhum por esse tipo de crime. Não há nenhum caso no Uruguai, pelo menos, na fronteira com Santana do Livramento, de algum brasileiro que tenha sido detido...

O SR. FÁBIO SCHAFFNER - Mas ali é mais fácil ainda, é só atravessar a praça.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Então, quer dizer, não há nenhum caso, não há nenhum registro de alguém que tenha sido preso.

O SR. FÁBIO SCHAFFNER - É que nem em Melo, o fato de não ser fiscalizado na rodovia. O cara vai se arriscar na rodovia se quiser, porque não precisa, com as estradas vicinais ali...

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Agora, só para fazer uma ressalva também. Esse troço de contrabando. Hoje, a gente diz contrabando, antigamente chamava de chibo, dar uma chibiada. Eu me lembro que nós ali



atravessávamos o rio e íamos para o lado da Argentina comprar farinha e manteiga de sebo, que é banha de gado.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sebo é porco.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sei lá, é a banha... (*Risos.*)

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Banha é de porco.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Mas tem sebo de gado também.

(Não identificado) - Sebo de gado é só para doce... (*Risos.*)

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - E aí... mas era sebo de gado, manteiga, enfim, banha, era de tudo um pouco, e farinha. E ali vinha tipo um metanol, um negócio que eles vendem do lado de lá. E aí faziam assim, era permitido por pessoa, né? Do lado de lá, conforme a pessoa, era a carga.

O SR. HUMBERTO TREZZI - O senhor está falando de uma coisa chamada descaminho.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - É.

O SR. HUMBERTO TREZZI - O descaminho, que a gente chama de contrabando, não é contrabando. Ele é mercadoria legal, que as pessoas compram do lado de lá sem pagar imposto, elas trazem para cá sem pagar o devido imposto, mas não são mercadorias proibidas. Agora, o que nós estamos falando, a gravidade da coisa é o uso proibido.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Eu quero dizer que uma coisa foi puxando a outra, foi puxando a outra e...

O SR. HUMBERTO TREZZI - O caminho é o mesmo. As rotas que usam e a maneira de fazer é a mesma.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sim, mas o descaminho é uma atividade ilegal, da mesma maneira.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Mas, Humberto e Fábio, vocês chegaram a ver a parte de munição, origem da fabricação?

O SR. FÁBIO SCHAFFNER - Não, não. Tem munição americana e tcheca, se não me engano.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Chegou a ver a origem da munição?

O SR. HUMBERTO TREZZI - A munição que ele viu lá era isso aí, tcheca e americana, mas à Alessandra ofereceram munição para Taurus 9 milímetros, 12 tiros, acho que era fabricada pela Taurus.



O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A Taurus não fabrica munição.

O SR. HUMBERTO TREZZI - Não?! Bom, eu não sei. A pistola que ofereceram para ela é de uso proibido no Brasil, embora fabricada pela Taurus, e ofereceram munição para essa.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Munição 9 mm.

O SR. HUMBERTO TREZZI - Não sei de que fabricação era. Lamento que a Alessandra não esteja aqui agora.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Era americana e tcheca que tu viste lá?

O SR. FÁBIO SCHAFFNER - Tinha a do calibre 2.43, que era aquelas pontiagudas de fuzil, realmente não sei se tem...

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Essa fotografia que vocês tiraram, como é que foi? Exposta ou...

O SR. FÁBIO SCHAFFNER - Não, a gente desceu. A loja funciona junto com uma casa, né? Então, a gente desceu e chegamos na via, a loja estava fechada, ela fica fechada por dentro, trancada, e não tinha ninguém dentro da loja. Então, o fotógrafo desceu comigo do carro e, quando a gente olhou na parede, já vimos o fuzil de cara, o AR-15, eu digo: *"Cara, olha ali. Está ali"*. Então, ele fez umas fotos com a câmera na barriga, assim, voltou para o carro, deixou a máquina, aí eu apertei a campainha, veio a pessoa e nos atendeu.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Eu achei curioso que foi uma foto bem de ocasião.

O SR. FÁBIO SCHAFFNER - É, ela é por trás da porta. A porta está fechada, uma porta de vidro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas isso é público, tem placa e tudo ali.

O SR. FÁBIO SCHAFFNER - Sim, se você chegar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O ponto a que quero chegar é que esse é o tipo de ponto de venda de armas só para bandido. Por que qual é o cidadão de bem que vai comprar uma arma usada? Só um louco. Por que uma arma usada pode ter feito um homicídio, pode ter feito todo um... compreendeu? Pode ter participado de qualquer tipo de delito que, se tu fores



proprietário de uma arma usada, tu podes ser envolvido num homicídio, num latrocínio, em assalto...

O SR. HUMBERTO TREZZI - Mas eu queria fazer uma ressalva ao senhor. Eu acho que talvez venda para bandido, sim. Mas acho que tem uma questão cultural que deve ser levada em conta no Uruguai. Eles caçam muito lá. E é um país com criminalidade baixíssima, se comparada com a do Brasil. O que acontece? Eu acredito que eles vendem meio na confiança e têm a vontade de ganhar dinheiro, é evidente. Aí, não vão te perguntar muita coisa. Mas eu acredito que eles acreditem que você seja caçador ou um fazendeiro ali. Mas é como o senhor falou, existe um anestésico, ali. Como é que ele vai saber se eu sou bandido? Não sabe e não quer saber. Mas eu não acredito que... Eles vendem muito para gente que caça mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas deixa eu te explicar uma coisa: AK-47, AR-15, eu nunca vi ninguém caçar com isso, não. A gente caça... Até porque não é arma própria para caça... arma própria para caça é arma de cano longo, tipo 12, espalha-chumbo.

O SR. FÁBIO SCHAFFNER - Na casa do Beleza foi apreendido um AK-47, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Exatamente. Não tem nada a ver com arma de caçador.

O SR. HUMBERTO TREZZI - Não, tem um tipo de caça que usa fuzil, sim. Eles caçam lá cervos e pumas. Aí, eles usam fuzil. Eles usam fuzil, não usam chumbo. Eles usam fuzil, o senhor conhece, porque é policial. Eles usam fuzil com calibre 2-43 e 223. São calibres que os bandidos usam no Rio de Janeiro. São semelhantes. No caso do 223 é igual. Eles usam isso no Uruguai, caça com bala, com alma raiada, o cano. Mas concordo com o senhor. A arma de repetição, de não. A Kalachnikov... Nesse caso aí não tem justificativa para a gente vender algo assim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Alma raiada é um riflezinho... Tem alma raiada aí, tem um cano longo suficiente para a caça.

O SR. HUMBERTO TREZZI - É, a maioria dos que estão nesta foto são fuzis de alma raiada e tal, mas possivelmente usado para caça. Mas esses de repetição não existe explicação, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Isso é loucura mesmo, porque ninguém vai para uma caçada com fuzil de repetição. Por quê? Porque há o



risco de acidente. Quer dizer, no momento em que tu dás uma rajada, tu podes causar um acidente. Vai dar uma rajada, está lá o cervo correndo, eu dou uma rajada aqui. Quem estiver nessa linha aqui está morto. Por isso que toda cautela e toda arma de caça é geralmente de um tiro ou de reposição, nunca é automática, nem semi-automática, justamente para dar aquele tiro naquela direção, para não colocar em risco os outros.

O SR. HUMBERTO TREZZI - Sem falar nas pistolas, né? Todas eram de uso proibido no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Exatamente.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Eu só não sabia que o Presidente Moroni era um exímio caçador, se revelou aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - De bandidos. (*Risos.*)

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Presidente, só uma pergunta. Só a título de curiosidade, ao Humberto e ao Fábio. Essas investigações, esse trabalho realizado pela imprensa prestou um grande serviço, e queria até parabenizar vocês pelo trabalho que estão realizando, né? E todos aqueles jornalistas, não só do *Zero Hora*, mas de outros órgãos de imprensa da cidade e do País que têm dado cobertura e têm feito um trabalho investigativo, têm contribuído para a nossa sociedade. Mas, a título de curiosidade, esse trabalho que vocês realizaram foi apenas nas cidades de fronteira? Essa facilidade de se adquirirem armas, esses armamentos são encontrados nas cidades que não fazem fronteira com o Brasil, ou nessas existe mais rigor, existe mais dificuldade? Isso eu quero saber.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Você podia aproveitar, Fábio, e falar sobre o caso do Beleza também, que tu acompanhaste.

O SR. FÁBIO SCHAFFNER - Bom, eu acredito que sim. Eu não visitei outras cidades, mas como o Uruguai é um país pequeno e tem toda essa tradição de cultura da arma, da caça, e a legislação é uma só, acho que na fronteira é mais fácil para estrangeiros adquirir, por causa da relação de proximidade e convivência entre brasileiros e uruguaios. Acho que é mais fácil para comprar. Acho que no resto do Uruguai, para um brasileiro e para um estrangeiro, sem a utilização dos laranjas, como eles fazem, seria muito complicado, mas a venda, acho que ocorre tranquilamente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Em Melo não precisou nada?

O SR. FÁBIO SCHAFFNER - Não precisou nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Até porque arma usada, tu não tens nem registro. Como é que tu vais ter registro?

O SR. HUMBERTO TREZZI - Em Melo, que é até distante da fronteira, na primeira vez que nós fomos, eu e o Fábio juntos, lá para comprar o fuzil, nós perguntamos: *"Mas o que precisa assinar? Qual é a burocracia para se levar a arma para outro lado da fronteira?"* Ele disse: *"No, tranquilo, tranquilo. Se hay plata, hay trampa"*. Se tem dinheiro, tem negócio.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Tem dois assuntos que o Humberto abordou que me chamaram muito a atenção. O primeiro foi que o Deputado Pimenta e o Deputado Moroni perguntaram a respeito de que os bandidos possam comprar arma lá. Não existiu essa pista de bandidos, por exemplo, de São Paulo ou do Rio de Janeiro irem comprar uma arma lá?

O SR. HUMBERTO TREZZI - Como eu lhe disse, um comerciante, a gente mencionou, foi indiciado pela Polícia Federal por mandar uma AR-15 por SEDEX para o Rio de Janeiro. De lá de Rivera, da cidade do Uruguai.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Ele mandou de Rivera?

O SR. HUMBERTO TREZZI - Ele mandou de Rivera para o Rio de Janeiro, ou seja... Eu não sei para quem foi. Isso deve estar no inquérito da Polícia Federal. Ele deve ter até explicado isso. Agora, eu digo: se você consegue mandar um fuzil por SEDEX para o Rio de Janeiro, pode ser para colecionador, você pode mandar mais de um. Ou seja, nós não temos nenhum indicativo real de que estavam fornecendo para bandidos. Não sabemos isso. O que nós sabemos e comprovamos é que não tem controle.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Eu fiz essa indagação pelo seguinte fato: você disse que, com apadrinhamento, é possível se comprar em grande quantidade, certo? Então, automaticamente, o Robinho Pinga não vai sair lá do Rio de Janeiro para vir aqui no Uruguai e ir lá se aventurar a comprar uma, ou duas, ou três, ou dez, ou um carregamento. Mas, se ele tiver uma ligação com alguém no Uruguai, uma pessoa influente no Uruguai que possa comprar essas armas por ele, é possível essas armas passarem aqui para o Brasil, através do Rio



Grande do Sul, e daqui com a maior facilidade serem enviadas para o Rio de Janeiro.

O SR. HUMBERTO TREZZI - O Robinho Pinga é um negociante do morro, de droga, né? O que ele vai fazer? Ele vai conseguir alguém que conheça contrabandistas de fronteira. Esses contrabandistas de fronteira, lá no Rio de Janeiro, levam um nome. Quando entrega o armamento lá no Rio, o carioca dá um nome para esse cara: eles o chamam matuto.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Na droga é matuto. Agora, no contrabando de arma...

O SR. HUMBERTO TREZZI - Matuto é arma também. O matuto é o caro que faz o meio campo entre o traficante do morro e o comerciante da fronteira.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - E, nessa ida de vocês, em algum momento vocês tiveram a oportunidade através de informantes, como vocês chamam, de conversar com algum dos matutos?

O SR. HUMBERTO TREZZI - Eu, não.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Não tem conhecimento de nenhum matuto?

O SR. HUMBERTO TREZZI - Não.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - É possível que um fazendeiro ou uma dessas pessoas influentes no Uruguai possa ser um desses matutos que enviam arma para o Rio?

O SR. HUMBERTO TREZZI - Eu acho que o Fábio pode falar melhor. O Fábio acompanhou uma operação grande da Polícia Militar e Ministério Público lá em Bagé, em que foi preso um cara que foi ouvido por vocês, o Beleza. E, nessa ocasião, o Ministério Público estava investigando exatamente a possibilidade de o Beleza ser o matuto que levava arma para o Rio de Janeiro. Não sei se... Aparentemente... Eu chequei o inquérito agora e, aparentemente, não ficou comprovado que ele fizesse revenda dessas armas. Eles conseguiram apenas provar que ele tinha as armas de contrabando, que ele acondicionava na casa dele, mais de 60 armas de guerra ou de uso proibido no Brasil, em casa. Agora, daí é o seguinte: se ele levou para o Rio, não sabemos, mas é o único caso em que há essa possibilidade, existia essa investigação.



O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - O pior dele não eram as armas, na minha opinião.

O SR. HUMBERTO TREZZI - A munição.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - A munição.

O SR. HUMBERTO TREZZI - Cinquenta mil tiros.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Um horror de munição. Isso é que me chamou a atenção.

O SR. HUMBERTO TREZZI - Munição do Exército, 50 mil tiros, a maioria.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - É bastante munição.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Fábio, você pode falar um pouco desse Beleza, do caso desse Beleza?

O SR. FÁBIO SCHAFFNER - Nessa grande operação da força-tarefa em Bagé, o que, pelo menos nas primeiras investigações, nos primeiros dias ali... Porque houve a grande mobilização, a cidade foi praticamente sitiada, as pessoas, presas em casa, tudo. Mas o matuto seria um policial militar, seria um PM que foi preso, que fazia esse... Pelo menos, as informações preliminares. Depois, não acompanhei mais o caso. Mas seria um policial militar que fazia o caminho até o Uruguai, Melo, Aceguá, e trazia esse dinheiro. Teve um advogado preso lá com reais e dólares falsos, não me lembro a quantidade agora, que anteriormente tinha sido advogado de um traficante uruguai *doble chapa*, preso com mais de 1 milhão de reais falsos em Aceguá, que é o Marcelo Abero. Quer dizer, então, é uma rede que vai se disseminando pela região ali. O cara era traficante, foi preso...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O Beleza entrava onde nessa investigação?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - A rede é a mesma.

O SR. HUMBERTO TREZZI - O negócio é assim: o Marcelo Abero é um marginal, é um delinquente contumaz, é contrabandista e já foi preso com armas...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Aqui?

O SR. HUMBERTO TREZZI - Não, em Aceguá. Ele vive dos 2 lados. Ele tem casa do lado brasileiro e do lado uruguai.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Marcelo...

O SR. HUMBERTO TREZZI - Abero.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - E ele está preso ou está solto?



O SR. HUMBERTO TREZZI - Não sei agora. Acho que está solto, mas ele já esteve preso. A última vez que ele foi preso e que a gente noticiou, ele estava com 1 milhão de reais falsos enterrados no fundo da casa. Esses reais eram usados, segundo depoimentos de outras pessoas relacionadas a ele, para a compra de carro roubado, de cocaína e tal. É moeda de quadrilha. As quadrilhas sabem que o real é falso. Daí, elas fazem venda de 3 por 1: 3 falsos pelo valor de 1 real verdadeiro. Então, eles te vendem um material que vale 1 real, ou mil reais, eles pegam 3 mil dos falsos para negociar. Esse Abero foi preso por isso, acabou solto depois. Ele integrava uma quadrilha *doble chapa*, de uruguaios e brasileiros. O Abero foi defendido por um advogado de Bagé que acabou preso nessa operação que pegou o Beleza, que vocês ouviram na CPI. No mesmo dia em que o Beleza foi preso, foi preso um outro advogado, que tu tens o nome, né, Fábio? Geraldo Saliba ou João Saliba?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Osvaldo ou João?

O SR. HUMBERTO TREZZI - João Saliba. O advogado do Abero era o Saliba. O Saliba, encontraram na casa dele 200 mil reais falsos. Aí, ele declarou que recebeu do Abero, esse que é quadrilheiro. O que tem aí? Uma situação da fronteira bem típica: os caras fazem clínica geral. Agora, qual é o papel do advogado, se ele realmente é isso? O que se sabe é que a quadrilha faz de tudo um pouco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Qual é a ligação do Saliba com o Beleza?

O SR. HUMBERTO TREZZI - Eu acho que ele era mencionado em grampo. Acho que é isso. Houve gramos prévios telefônicos do telefone do Beleza, que era a pessoa que eles estavam checando se tinha arma. Eu acho que, em algum momento, ele era mencionado, ou eles tinham uma ligação por causa de um policial. O Fábio sabe.

O SR. FÁBIO SCHAFFNER - O Saliba também foi advogado de um grupo de policiais federais e de policiais rodoviários federais que foram presos numa mobilização enorme da Polícia Federal simultânea em Bagé, Chuí, Santa Vitória, Jaguarão, em 2001, se não me engano. Então, quer dizer, sem querer levantar falsa suspeita, está sempre envolvido com gente que freqüenta essa rede aí. Eu não sei qual é a ligação dele com o Beleza. O Beleza é uma pessoa tida como bem recebida na sociedade bageense, e foi surpresa na cidade quando o nome dele apareceu,



principalmente com esse arsenal enorme dentro de casa. Mas, o que mais chama a atenção, pelo menos para mim, no caso do Beleza, foi a munição do Exército, caixas lacradas, que, segundo consta, teriam sido desviadas. Há um inquérito militar em andamento, não sei em que pé está isso aí.

O SR. HUMBERTO TREZZI - Eu chequei. O Beleza está denunciado pela Promotoria Militar por desvio de armamento bélico do Exército. O Beleza também está indiciado no inquérito da Polícia Federal por contrabando de armamento. A delegada federal de Bagé conseguiu checar a procedência do armamento pego com ele, e a maior parte dos fuzis que estavam com ele tinham sido vendidos pelos países de origem, Rússia e Estados Unidos, para o Uruguai. Como ele não tinha nota da compra no Uruguai, foi caracterizado o contrabando. Esse é o material do Beleza. Mas, a nível de Exército, ficou o seguinte: o Beleza é denunciado como receptador e desviante de arma dos quartéis do Exército. Ele declarou que ganhou de um coronel do Exército, que era amigo dele do clube de tiro, que ele ganhou os tiros. Esse coronel já está morto, portanto, não tem como dizer se é verdadeiro ou não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Ele joga tudo na conta desse coronel.

O SR. HUMBERTO TREZZI - Ele joga tudo. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Como o coronel morreu, não tem mais o que fazer.

O SR. HUMBERTO TREZZI - Mas o engraçado, que acho que o inquérito vai acabar... Houve uma denúncia, mas existem novas investigações a respeito. Parece que parte dessa munição apareceu depois da morte do coronel. Como é que apareceu depois da morte se ele ganhou do coronel?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Ah, foi depois da morte do coronel?

O SR. HUMBERTO TREZZI - Parte dela, segundo o Promotor falou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Aí, não dá mais para jogar na conta do coronel. Me diz uma coisa, essa última agora, que houve em Santa Cruz, o que vocês têm de notícia disso?

O SR. FÁBIO SCHAFFNER - Não é da minha área de atuação.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Tem uma coisa parecida com a do Beleza. Amanhã, inclusive, vamos ouvir esse pessoal. Achei muito parecido. Agora, me diz uma coisa, vocês que atuam na área, muitas vezes a gente pensa que é só no Rio e em São Paulo que o pessoal está assaltando e fazendo com fuzil. Como está o negócio aqui pelo Sul?

O SR. HUMBERTO TREZZI - Há duas semanas o *Zero Hora* publicou uma reportagem em que o Rio Grande do Sul é o primeiro lugar do Brasil em taxa de furto e o segundo em taxa de roubo. Roubo é assalto a mão armada. Isso são taxas. O que é taxa? Proporcionalmente ao tamanho da população, você tem um maior número de casos. Paradoxalmente, em homicídios, estamos em vigésimo segundo, é muito baixo. Só 4 Estados são menos violentos que o Rio Grande do Sul. Para um Estado que tem esse tamanho, essa importância, é até paradoxal, e nos deixou bastante contentes saber isso. Mas, se o senhor pergunta de roubo, de assalto, tem muito aí. Carro-forte é muito comum...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eles usam armamento pesado?

O SR. HUMBERTO TREZZI - Esse armamento pesado, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É isso o que eu gostaria de saber. Estão usando 38 só, espingarda de caça, ou já estão usando esse outro tipo de armamento?

O SR. HUMBERTO TREZZI - Já está se tornando comum a apreensão de fuzis ou de metralhadoras com bandidos, que são usados em ataques a carros-fortes ou a bancos, principalmente. E uma colega nossa comprou um fuzil de um traficante, que já é falecido, morreu esses tempos, executado. Esse traficante alugava fuzis para assaltantes. Eles arrendam.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Essa questão do aluguel, como funciona? Isso seria interessante a gente saber, porque é uma situação relativamente nova para nós.

O SR. HUMBERTO TREZZI - Duas maneiras. Ou eles arrendam, fazem um preço prévio para arrendar a arma para o bandido, para o assaltante, para o mão-na-cabeça, como eles chamam. Mão-na-cabeça é o assaltante. Então, o traficante vai lá e faz o aluguel da arma, que tem que ser devolvida imediatamente depois de feita a operação. Por vezes, eles cobram uma taxa de um quarto do valor do roubo.



Porque muitas vezes a imprensa noticia o valor do roubo. Aí, o bandido já sabe quanto é. Então, eles cobram isso aí. Ou previamente fazem um acerto: "Queremos tanto pelo aluguel da arma. Você me dá 2 mil, 3 mil, hoje, e pode levar a arma". É quase o preço de uma arma no mercado negro mesmo. Mas, como o traficante não tem como ir buscar essa arma, ele arrenda no morro... O traficante, não. Como o assaltante não tem como, ele arrenda de um traficante dono de uma boca-de-fumo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Ele não quer o risco de ficar andando com a arma.

O SR. HUMBERTO TREZZI - Ele não tem esse contato. Ele não tem esse meio campo. Ele é um cara que vive fugindo. O assaltante, ao contrário do traficante. Da experiência que a gente tem de cobertura policial, o traficante é um cara estabelecido, é um comerciante de coisas ilícitas, e o assaltante é um bandido, é um foragido da polícia, normalmente. Esse cara não tem mobilidade nenhuma. Então, o negócio dele é fazer o golpe e cair fora. E ele não vai ter tempo de negociar a arma em lugar nenhum. Então, ele vai a uma boca-de-fumo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Principalmente essas armas grandes, porque as de pequeno porte, eles andam mesmo com elas.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Assim, Moroni, foi que começou o Terceiro Comando, no Rio. O Terceiro Comando, no Rio, não começou com tráfico. Começou alugando armas e homens para fazer invasão de favela, de morro. Depois, eles viram que o mercado das drogas era propício e também entraram nele, causando toda aquela guerra que existe no Rio de Janeiro. Mas o Terceiro Comando começou assim, ele somente alugava armas e homens. Aí, depois que ele entrou no mercado, explodiu aquela guerra toda no Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Ele falou, em Melo, que outros brasileiros já tinham ido lá comprar arma e tudo mais. Quero saber se em outros pontos da fronteira foi feita essa pergunta e se houve uma resposta nesse sentido.

O SR. HUMBERTO TREZZI - A todos a gente perguntou se vendiam armas para brasileiros. E todos diziam: "Toda hora". Eles vendem arma para brasileiros toda hora. Na maior parte das lojas, principalmente de fronteira, não digo a maior parte, mas grande parte da clientela é formada por brasileiros, porque basta atravessar a rua. E a restrição de armas no Brasil faz com que o brasileiro migre



para lá para comprar arma. Esse é o ponto questionável da questão do desarmamento. Se fizer o desarmamento aqui no Brasil, mas a legislação permanecer a mesma na América Latina, o brasileiro vai comprar arma ali.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Acho que essa constatação é importante. Embora não possamos discutir aqui a questão do plebiscito, é uma constatação clara de que, no Brasil, na medida em que apertar aqui, que proibir aqui, eles vão trazer arma do Uruguai, do Paraguai. E vão trazer à vontade. Aí, vamos perder emprego, perder renda, perder o controle. Vamos perder tudo, a linha e o carretel, como a gente diz lá nas Missões.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - E, Deputado Pompeo, por exemplo, no Brasil, hoje, ainda se poderia vender arma de pequeno calibre, como o 38. Aqui poderia, havia permissão. Havendo essa proibição e essa possibilidade de contrabando, as armas que serão adquiridas por contrabando certamente serão de calibres maiores, automaticamente, porque ninguém vai correr...

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Muito pior. Já que qualquer arma é ilegal, tu vais comprar a pior, a mais potente.

O SR. HUMBERTO TREZZI - Uma ressalva que tem que ser feita. É claro, acredito, que o contrabando nunca vai chegar aos níveis do que é hoje a venda de arma legalizada no Brasil. Acho que ainda não. Mas a saída de quem realmente quer comprar arma vai ser o contrabando. Há uma estatística que publiquei nessa matéria: no Rio de Janeiro, 20% das armas eram estrangeiras, 80% eram nacionais. Das apreendidas. Então, a situação é curiosa. Acredito que até menos do que 20% das apreendidas sejam estrangeiras. Agora, o caminho é o aumento das estrangeiras.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Há um outro aspecto. Acho que o Moroni pode nos ajudar, até porque estamos fazendo uma interlocução aqui. O que ocorre? Se botar todas as armas presas, a maioria é brasileira. Agora, se botar as armas de grosso calibre, é tudo estrangeira. É tudo estrangeira.

O SR. HUMBERTO TREZZI - Com certeza.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - E o bandido dificilmente usa revólver, dificilmente usa "revolvinho". Ele usa a ponto 40, ponto 45, 9 milímetros, 45, enfim, aquelas armas de grosso calibre, metralhadora, fuzil, AR-15, AK, não sei



o quê. Então, a verdade é que o Estatuto do Desarmamento propõe o desarmamento dos... E queremos enfrentar os grossos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O nosso problema... Não vou entrar no mérito do Estatuto com vocês, que gostam de entrar nesse mérito.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Eu gosto de bater nele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - A minha preocupação não é essa. A minha preocupação é que hoje meninos — e isso deve ter sido constatado aqui, porque em outras capitais nós constatamos — de 12 anos para cima estão armados com revólver, com pistola, fazendo assalto. Meninos dessa idade estão com armas de pequeno porte. O que não quero é que, daqui a algum tempo, esses meninos estejam com AR-15 no meio da rua fazendo assalto, fazendo coisa desse tipo.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Mas no Rio de Janeiro você vai encontrar.

O SR. HUMBERTO TREZZI - No Rio de Janeiro já vi, mais de uma vez, criança com fuzil.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não tenha dúvida. E não é necessariamente com 12 anos, Moroni. É com menos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Essa é a loucura. E é essa loucura que temos que baixar. Vamos evitar que a arma entre no Brasil? Acho difícil, mas, pelo menos, dificultar. Acho que isso temos que fazer, senão seria a mesma coisa... Agora, vocês lembram, durante a CPI do Narcotráfico, baixou muito o consumo de drogas no Brasil. Por quê? Porque houve uma interlocução entre as instituições, entre a imprensa, entre a população nesse sentido. Quer dizer, quiçá com esta CPI possamos fazer essa mesma interlocução, e possamos conscientizar as pessoas para denunciar, conscientizar as autoridades para fazer o que elas não estão fazendo. Está todo mundo fingindo que fiscaliza e, na verdade, tudo acontecendo. Isso aí mesmo. Vocês, agora. O que me deixa mais estarrecido é que andaram por toda a fronteira da Argentina, Uruguai e muitas cidades do Paraguai também, outros lugares que temos visto, e não há fiscalização nenhuma. De vez em quando, se pega alguma coisa e tal. Também não acredito que não possa ter fiscalização porque tem lá um comboio de mil ônibus. Então, disciplina! Manda



passar de cem em cem, e de cada cem pega 5, 10 ônibus e vão investigar. Tudo que é disciplinado tem como fazer.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Moroni, isso dos ônibus eu vi com os meus olhos. Todos os ônibus são só de contrabando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas por que as autoridades brasileiras deixam passar mil ônibus num dia e nenhum no outro? Então diz: “*Nesse dia só vai passar 100. Se quiser vir mais gente, não vai passar!*”

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Mas eles tentaram uma vez isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não é tentar. Nós não podemos ficar refém de bandido e dizer que nós estamos inoperantes nesse sentido. Isso é ridículo. Eu não consigo me acomodar com a situação de que: “*Não, a fronteira está aberta, então vamos deixar por isso mesmo!*” Então, usem o Exército, usem as Forças Armadas para ficar na fronteira, para vigiar os caminhos alternativos. Se fizer uma barreira móvel em cima das estradas principais e outras barreirinhas móveis nas estradas vicinais, tenho certeza de que vai pegar muita coisa. E vai parar de ter tanta facilidade do jeito que tem. Quer dizer, jeito tem, é preciso vontade para fazer isso. O que não dá é para gente viver de discursos de que vai fazer... E é isso. O que eu não quero com esta CPI é que daqui a 5 anos eu encontre vocês e nós, mais uma vez, digamos: “*Olha, não adiantou nada, está do mesmo jeito!*” Quer dizer, nós temos de tomar alguma atitude justamente para que isso diminua. Por que o que está significando isso? Isso está significando que a mortalidade no Brasil por arma de fogo é uma loucura. Então, está significando uma verdadeira guerra civil na moita, porque não é declarada a guerra civil, mas a morte é de uma guerra civil. E nós estamos... Quer dizer, uma loja dessas... Eu fiquei estarrecido com o fato e eu achei o mais grave: vender arma usada. Quer dizer, arma usada já é totalmente irregular, porque a arma usada não tem registro de maneira nenhuma, não tem registro de entrada, não tem registro de saída, não tem coisa nenhuma. A partir da reportagem que disse que vendeu arma usada, bandido deve ter ido tudo lá para comprar. Mas antes da reportagem já devia saber, quer dizer, a reportagem só trouxe à luz aquilo que as autoridades estavam fazendo de conta que não existia. Como nós já temos conhecimentos sérios a respeito, de que tem empresários, tem pessoas de porte envolvidos nesse tráfico de armas. E tráfico de armas e munições. Imaginem! O tráfico de armas, nem tanto, porque a arma,



você bota um fuzil AR-15 na mão, ele dura lá 3, 4 anos e até continuar. Mas a munição que ele gastou hoje fica inútil amanhã. Então, esse controle de munição... E munição, pelo que eu vi, em qualquer lado da fronteira você compra com dinheiro, eles lhe dão sem nota, sem coisa nenhuma.

O SR. HUMBERTO TREZZI - O controle é bem menor do que da arma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Quer dizer, a munição talvez seja dez vezes pior do que a arma, a partir do momento em que é uma munição especial para esse tipo de fuzil. Quer dizer, você não pode usar qualquer munição, não é só pegar um cartuchinho, encher, bater e pronto, tem que ter a fabricação específica para aquele tipo de fuzil. E a reposição dessa munição é semanal. Quer dizer, em conflitos talvez... E no mínimo ela vai ser de ano em ano, porque um ano depois a munição já fica imprestável, se não for muito bem guardada. E geralmente não vai ser bem guardada, vai ser guardada na favela, vai aparecer no meio da terra e tudo. Em um ano essa munição já não dará mais para ser usada. Então, mesmo que não seja usada, ela terá que ser repostada. Então, esse controle de munição chega a ser muito mais importante até do que o controle do armamento em si. Eu não sei se vocês têm uma idéia parecida com isso.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Uma pergunta, Moroni: o negócio do Correio, do SEDEX, vocês têm uma idéia se os Correios daqui do Rio Grande do Sul têm grande movimento de envio de encomendas para fora do Rio Grande do Sul?

O SR. HUMBERTO TREZZI - Não temos, nunca fizemos esse teste. O que aconteceu foi que no mês passado, mês retrasado, uma bomba foi mandada pelos Correios do Rio Grande do Sul para São Paulo. Explodiu a bomba em São Paulo e deixou mutilada uma jovem. Mas eu não sei qual é.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Humberto, estou perguntando isso, porque você disse que houve um fato registrado, do Beleza, que enviou um...

O SR. HUMBERTO TREZZI - Não é o Beleza, é um comerciante lá de Rivera.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Isso, que enviou um fuzil por SEDEX. Eu fiquei imaginando o seguinte: a facilidade que tem de você chegar no Uruguai comprar uma arma, atravessar, entrar no Brasil e daqui você poderia...

O SR. HUMBERTO TREZZI - Pelo que eu me lembro, foi isso que foi feito. O fuzil era uruguai — uruguai, não, um Ak-47. Mas ele foi enviado do Brasil para



(ininteligível), atravessou a rua e mandou por SEDEX daqui, da fronteira, para o Rio. Primeiro contrabandeou e depois mandou. Eu lembro disso, mas tem que olhar esse inquérito. Se vocês puxarem pelo nome dele, que a gente colocou...

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mesmo porque também eu acho...

O SR. HUMBERTO TREZZI - Tem fiscalização por amostragem no SEDEX. Mas é de cada 50 mil objetos, eu acho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - ...que um vôo que saia do Brasil para dentro do Brasil também não tem grande controle, nem com essa nova lei do abate agora.

O SR. HUMBERTO TREZZI - Eu não sei se — isso é uma coisa para vocês verem — o material que vai para o SEDEX passa, todo ele, no raio X antes de entrar no avião.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não, não passa.

O SR. HUMBERTO TREZZI - Aí é que está.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não passa, porque na CPI do Narcotráfico — você vai se lembrar, Reginaldo — a gente fez aquele relatório — eu acho que eu e o Biscaia, não me lembro quem foi que trabalhou comigo —, que era o relatório do envio através de correio de pequena quantidade de droga. Deve ser a mesma coisa. Só que a arma pesa um pouquinho mais — não é, gente? Cá para nós.

O SR. HUMBERTO TREZZI - É bem mais visível, mas, de qualquer jeito, se ela está acondicionada dentro de uma caixa grande...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Numa caixa de SEDEX.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Numa caixa, exatamente, bem embalada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Imaginem uma AR-15 por SEDEX é...

O SR. HUMBERTO TREZZI - Pior, era um Ak-47 russo, com calibre maior, 762.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - E não tem como, porque desmonta...



O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Desmonta, bota dentro de uma caixa e vai.

(Intervenção inaudível.)

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sim, você divide em vários SEDEX, meu Deus, não precisa ser no mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O PCC já disse que manda 1800 SEDEX por mês lá em São Paulo, aí vocês imaginem. O PCC manda, mas teoricamente só para mandar coisas para presos, de uso pessoal e tal. Esse uso pessoal pode ser várias outras coisas, eu não sei o que é.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Você tem uma idéia de franquias de Correios que existem aqui.

O SR. HUMBERTO TREZZI - Não fizemos isso.

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Bom, nós vamos ouvir agora...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Nós vamos perguntar, se Deus quiser e vocês deixarem a gente... Vocês não, o governo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Nós vamos ouvir, dentro de alguns minutos, o Dr. Guilherme Pacífico, que é o responsável pelo inquérito que está apurando o furto de 215 armas, se não me engano, da Taurus. Ele deve estar-se dirigindo ao recinto. Foi o caso do roubo de 213 armas do Expresso Ramos.

Logo depois, teremos a oitiva de um depoente, em caráter reservado, e que eu acredito que ainda possa corroborar muita coisa que a CPI já tem conhecimento que está acontecendo aqui.

Infelizmente, o que nós vimos é que definitivamente o Rio Grande do Sul entrou na rota dos comandos, tanto do PCC quanto do Comando Vermelho, e especialmente nesta rota tanto de narcotráfico quanto de tráfico de armas.

Acredito que já haja muitas pessoas, inclusive, lavando dinheiro desses Comandos aqui no Rio Grande do Sul e talvez em algumas áreas de fronteira onde já estejam estabelecidos e não sejam mais matutos, não. Na verdade, já são membros do próprio Comando; não são mais matutos do Comando, já fazem parte desses Comandos.



Quero aqui registrar a presença do nosso ex-companheiro Deputado Federal Wilson Müller. É uma satisfação tê-lo aqui conosco.

Vou suspender a sessão por 10 minutos. Antes, quero agradecer a participação aos dois repórteres, o Humberto Trezzi e o Fábio Schaffner, por estarem aqui conosco e prestarem esclarecimentos. Foram importantes os esclarecimentos no sentido de corroborar aquilo que já estamos investigando. Na verdade, V.Sas. fizeram um trabalho corroborando o que pessoas vinculadas ao Comando Vermelho e ao PCC já nos tinham dito quanto a esse tipo de facilidade. Tanto é que já se estão estabelecendo em algumas faixas de fronteiras do Paraguai, do Paraná e também do Rio Grande do Sul. Então, muito obrigado.

A palavra está franqueada, se quiseram falar mais alguma coisa; se não, agradeço a presença a ambos.

Às 16h15 estaremos retomando os trabalhos.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Vamos reiniciar a reunião ouvindo o relato do Dr. Guilherme Pacífico a respeito do inquérito que está avaliando e investigando o roubo de 213 armas na empresa Expresso Ramos.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pois não.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Apenas para uma comunicação à CPI. Acabo de receber uma ligação do Secretário de Segurança, Deputado José Otávio Germano, lastimando não poder comparecer amanhã, porque está no interior. Ele determinou ao Procurador Dr. Fábio Medina Osório, Secretário-Adjunto da Justiça e da Segurança do Estado, que compareça em seu nome. Virá, portanto, o Dr. Fábio Medina Osório, amanhã, na abertura de nossos trabalhos. Ele lastima e transmite um abraço aos seus colegas aqui, com quem vai juntar-se em breve, porque vai reassumir, vai assumir na Câmara Federal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu gostaria de dizer que nós recebemos a informação do roubo de 213 armas, que consideramos de maior relevância, e ao mesmo tempo soubemos que a investigação já se encontra em estado avançado. Eu gostaria, então, que o Delegado pudesse nos informar o que está acontecendo e depois os Deputados podem fazer alguma pergunta acerca do andamento do caso, porque vem bem ao encontro daquilo que estamos



investigando, que é o tráfico de armas. Eu acredito que essas armas não foram parar na mão de cidadão de bem, mas na mão de bandido.

Então, dou a palavra ao Dr. Guilherme Pacífico, para que possa nos fazer um resumo do que aconteceu e das investigações. E posteriormente a CPI poderá saber mais alguns detalhes sobre isso.

O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - Boa-tarde, Sr. Presidente, Deputado Moroni Torgan e demais integrantes da Comissão Parlamentar de Inquérito. Meu nome é Guilherme Pacífico da Silva, Delegado Pacífico, titular da Delegacia de Roubo de Cargas e Defraudações do DEIC — Departamento Estadual de Investigações Criminais. No caso em comento, uma ocorrência do dia 3 de maio de 2005, o roubo ao estabelecimento comercial Transportadora Expresso Ramos, já foi citada a quantidade de armas e também munições levadas. A partir daí houve intensa investigação do DEIC como um todo, diversas delegacias — Delegacia de Roubos, a Delegacia de Roubos a Cargas e a Delegacia de Furto e Roubos de Veículos. Empenhos diversos, diversos mandados de busca e apreensões na localidade da cidade de Alvorada resultaram na colheita de preciosas informações, que redundaram em algumas apreensões de armas. E na seqüência dos trabalhos, na condução do inquérito pela nossa delegacia, praticamente já está elucidado o crime e identificados os autores da quadrilha. Somente 2 encontram-se presos, ainda em sede de prisão temporária. Um deles, agora confirmada a prisão preventiva, e os demais, agora com a prisão temporária decretada pela Justiça de Porto Alegre, estão em fase de captura. Ao todo foram 10 integrantes. E o que a gente pôde observar é que não se tratava de uma quadrilha especializada e sim uma quadrilha formada pelo princípio da oportunidade, tinha uma informação privilegiada acerca do transporte de armas. Um dos integrantes e funcionário dessa empresa passou essa informação privilegiada e aí a ação da quadrilha e deu-se o roubo àquela transportadora. O que cabe ressaltar é que para o caso específico, dentro dessa transportadora, não se tinha a devida proteção específica para esse tipo de armamento. A gente nota, com o trabalho investigativo, que as empresas se preocuparam bastante com o transporte, ou seja, com a carga em movimento, mas muito pouco com a estrutura logística interna. Então, esses 2 casos que aconteceram, o primeiro, a uma transportadora, que foram levadas munições, e esse agora, armamento, não se tinha essa proteção específica em razão de nunca ter



acontecido fato dessa natureza em nosso Estado. Então, com toda a preocupação, fatos de carga dessa natureza em transporte, não se tinha ainda nenhum tipo de ocorrência. Ou seja, ela saindo da fábrica, indo para as transportadoras e em direção aos embarcadores e ao destino final, não tinha ocorrências dessa natureza no nosso Estado. Então, houve uma preocupação, em reuniões junto ao sindicato das transportadoras e na própria Secretaria de Segurança nos reunimos e começamos a traçar medidas preventivas no intuito de coibir outras possíveis ocorrências semelhantes. Então, a partir disso aí, com informações da própria fabricante aqui, a gente conseguiu ver que já houve uma modificação no procedimento entre produção, fase logística e parte de transporte especificamente. Poderia acrescentar também que essas armas, num primeiro momento, a gente não tem uma informação específica se ela foi com uma destinação para atender algum tipo de quadrilha mais organizada, mas segundo o levantamento lá nos bairros de Alvorada, onde se concentraram os procurados, dias seguintes ao roubo, as armas estavam sendo vendidas em cada esquina. Ou seja, elas foram extensamente pulverizadas, ou seja, no comércio lá não tinha morador que não soubesse da venda das armas. Então, foi um dado. Agora, das pessoas procuradas, nenhuma, assim, entre esses 10, nenhum com uma periculosidade destacável, entre esses 10 não tem nenhum que esteja no rol dos bandidos mais procurados do Estado. Nenhum, assim, que pudesse destacar com uma criminalidade um pouco mais intensa.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Delegado, me permita?

O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - Pois não.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - A informação que para nós ocorreu no primeiro momento, na imprensa e que a gente teve é que essas armas não seriam próprias para uso, que faltariam algumas peças para completar, digamos assim, e a ter o efeito pleno de uma arma de fogo. Procede essa informação?

O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - Parte dessas armas, sim.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Só para ajudar, Delegado.

O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - Pois não.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O senhor podia identificar de forma mais detalhada. Por exemplo, a munição. De quem era essa munição e em que circunstâncias ela foi roubada. E as armas também, eram de propriedade de quem,



como elas, enfim, estavam nessa transportadora, as circunstâncias que levaram às condições que possibilitaram a ocorrência dos roubos.

O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - Pois não. Parte dessas armas, um lote de 190 armas, eram armas novas que seriam encaminhadas para o Distrito Federal, possivelmente para serem vendidas para um órgão público. E parte dessas armas, o restante, aproximadamente 40 armas, armas que estariam retornando para o fabricante, para manutenção. As outras armas não estavam em condições de serem utilizadas, de disparo. Quarenta armas dessas estariam retornando para manutenção.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Essas 190 armas eram Taurus, é isso?

O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - É. Armas produzidas pela empresa Taurus.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Empresa Taurus. Armas novas.

O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - Armas novas, calibre 38.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Estavam na transportadora aguardando para serem levadas.

O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - Elas seriam despachadas naquela madrugada e já seriam embarcadas.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Essa transportadora é uma empresa especializada, digamos assim.

O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - Sim. Elas são autorizadas. São empresas autorizadas. Tem alguns requisitos aí do Ministério do Exército e do...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Então, eram armas...

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Localizavam-se onde?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - ... da Taurus, saíram da Taurus, ficaram muitos dias nessa...

O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - Não. Elas foram buscadas naquele mesmo dia, menos de 24 horas.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Onde é que se localiza a transportadora? Qual o endereço da transportadora?

O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - Essa transportadora Ramos fica na Avenida Willy Eugênio Flack, nº 305, Porto Seco, Sarandi, Porto Alegre.



A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - O senhor disse que embora existisse uma estrutura logística para o transporte, o mesmo não ocorria para o armazenamento.

O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - Sim, senhora.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Então, eu queria que o senhor descrevesse qual era o aspecto físico de armazenamento e qual era a grande estrutura logística que existia para o transporte.

O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - Primeiro, as estruturas logísticas para o transporte são de Primeiro Mundo, GPS, todas as cargas têm... os caminhões têm GPS, são caminhões de última geração, com travamento de rodas.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não tem fundo falso, nada disso.

O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - Nada disso. Transporte... As empresas...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Delegado...

O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - Pois não.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não, porque disseram para nós que o fundo falso era necessário.

O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - Não, não. Era, simplesmente... Escoltas, esse tipo de armamento sempre eram encaminhados com escoltas, a carga em transporte...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Eu quero que o senhor me diga. Essa carga em transporte, então, o que é que significa? GPS, talvez um...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Batedor.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - ...batedor, roda com trava e o que mais?

O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - Rodas com travamento, o acompanhamento com software de segurança que as empresas de segurança fornecem para eles. Então, todas essas cargas seguradas, com empresas de segurança dando suporte privado de segurança.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Não tivesse havido...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Então, é assim que trabalha uma transportadora?

O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - Assim.



A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Só para terminar, só porque a pergunta tem um motivo que não é esse, é outro. Mas, da mesma maneira, qual era o aspecto de logística interno dessa transportadora, para eu entender porque é que você disse que fisicamente ela não podia armazenar armas?

O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - Não. É que é diferente. Em razão da proteção em cargas em transporte e referenciando o sistema de proteção da empresa é infinitamente menor do que o da carga em transporte.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não. Isso eu entendi. Eu só quero que o senhor me diga no que é que ele é infinitamente menor.

O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - Infinitamente, não tinha... Os muros eram com grades, dá para se ver lá dentro a movimentação, não tinham... Como tem guardas armados e só tinha um guarda, então...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Você, por exemplo, se tivesse a possibilidade de verificar, se você fosse o dono da licença, digamos assim, se tivesse que dar a licença para essa empresa armazenar arma, mesmo que por um período curto, você daria para essa empresa essa credencial?

O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - Bem, é...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Pelo que você viu. Não conheço.

O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - É um trabalho que tem que avaliar todo o sistema, ela transporta até a parte final. Então, uma parte...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não, não.

O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - Então, com relação a essa parte deixa a desejar. Inclusive...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Para você transportar, tem que armazenar antes, concorda?

O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - É, com certeza.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Então, você diria que não daria a licença, porque se forem as 2 coisas você não vai dar para uma parte, não é isso?

O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - Com certeza.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Está bom. É o que eu queria ouvir. Muito obrigada.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Posso formular uma pergunta?

O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - Pois não.



O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Queria perguntar ao Delegado: Delegado, se não tivesse havido informação privilegiada dentro da empresa, provavelmente o ataque ao terminal não teria ocorrido. Este informante tem antecedentes?

O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - Não.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Não tem antecedentes.

O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - Não tem antecedentes.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - A empresa é zelosa ao contratar os...

O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - Muito zelosa. Eles são muito unidos na Associação do Porto Seco. Então, todas as empresas adotam o critério da contratação do pessoal que circula por lá.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Porque o funcionário caiu, então, no depoimento que o senhor tomou dele?

O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - Não. É, simplesmente, aquela situação. Ele é do meio e convive com outras pessoas. Ele seduziu-se pela oportunidade e foi, segundo levantamento, o seu primeiro contato com o crime. E vendo aquela possibilidade e com a oportunidade ele repassou aquela informação.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - É o diabo da tentação ou a tentação do diabo.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Doutor...

O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - O senhor disse que a empresa, melhor dizendo, a quadrilha era amadora.

O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - Sim.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Não era profissional, não tinha experiência nesse tipo de ação, e até a maneira depois de vender as armas que o senhor falou aqui demonstra que era amadorismo puro. Quais foram as falhas de estratégia que possibilitaram essa quadrilha amadora fazer essa ação?

O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - Bem, a falha estratégia, a meu ver, foi essa de não ter um suporte de proteção maior para impedir a entrada dos assaltantes na empresa.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Mas que suporte seria esse?



O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - Um suporte... Veja bem, para a empresa específica, pelo que a gente pôde levantar, como é uma empresa transportadora, ao mesmo tempo que eles transportaram uma carga, eles transportam diversas cargas. A princípio, como talvez nunca tenha acontecido fatos dessa natureza no nosso Estado em empresa alguma, eles nunca, talvez... E todas as ocorrências de roubo se deram em deslocamento, talvez a canalização de recursos de segurança sempre se deu para outras áreas. Então, hoje, se a gente retornar lá na Transportadora Ramos, após o sinistro, aquele velho ditado, depois da porta arrombada, aí começam a botar grade etc. Hoje a estrutura da empresa é diferente da que tinha, tanto é que eles se reuniram e eles mesmos adotaram uma maneira... porque são poucas as empresas que estão autorizadas a fazer esse tipo de transporte.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Agora, essa empresa, por fazer esse transporte de armas, ela não teria de receber uma autorização especial para isso?

O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - E eles têm autorização.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - E não teria de ter sempre uma fiscalização, para ver se a empresa estava cumprindo com essa segurança no transporte de mercadoria tão especial?

O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - Acredito que sim. Quem faz, deveria ter observado todas as etapas. O que a gente pôde levantar é que, por parte da transportadora, quando se tem um carregamento, talvez com maior vulto, maior número de armas, é feito um transporte via aérea. Então, faz-se comboios direto da fábrica. Esses casos via transportadora eram menores, geralmente eram transportados no próprio fabricante e de lá seguiam o trajeto. Então, a gente nota que as empresas... Seria leviano dizer que eles não se preocuparam com a segurança. Acho que eles se preocuparam muito e a gente via que aqui, no Estado, somente 4 quatro transportadoras é que faziam esse tipo de transporte, e todas elas tinham... Se for verificar a frota, o pessoal treinado, as empresas de segurança que eles buscaram, é da melhor qualidade, mas...

(Não identificado) - Na verdade, dá para se dizer, então, que eles eram especialistas, técnicos, profissionais, para transportar, e não para armazenar.



O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - E não para armazenar. Acho que para a parte de armazenagem... Tanto é que depois disso...

(Não identificado) - Até porque normalmente os transportes que eles faziam era da fábrica até ao aeroporto, por exemplo?

O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - Da fábrica até ao aeroporto, da fábrica até ao porto.

(Não identificado) - E nunca faziam essa passagem, não é?

O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - E nunca essa passagem.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Mas não estava previsto esse armazenamento, um aviso ou outro? Não tinha uma previsão disso?

O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - Possivelmente, sim. Confesso que não adentramos muito nas investigações acerca da constância, mas para o caso específico, com relação ao funcionário que repassou as informações privilegiadas, ele era um que fazia, por vezes, ia até à fábrica. Então, acompanhou a rotina.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Agora, Doutor, quem dá essa autorização para esse transporte, também dá para esse armazenamento a mesma autorização?

O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - É a mesma autorização.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - E está sempre havendo essa vistoria de numa oportunidade estar armazenando quantidade de armas, como foi dessa vez? Não é nada, são 213 armas, não é isso? Mas já é uma carga diferenciada. Essa entidade que tem a responsabilidade de dar essa autorização não acompanha essa segurança toda para evitar que coisas assim... Porque o senhor está dizendo que a empresa no transporte tinha cuidado, tinha qualidade, mas para armazenar... quer dizer, isso não foi uma vez só que ela armazenou. O sujeito reparou outras oportunidades para poder, numa delas, informar que poderia ser naquele dia. Quer dizer, ele deve visto outras vezes essa falha ("Olha, deixaram as armas."), e naquele dia não houve segurança redobrada, não houve um cuidado. Quer dizer, outras vezes aconteceu de armazenar, até que um dia ele achasse que era oportunidade de ele informar. Agora, a dúvida está sempre na minha cabeça de quem autoriza isso, o responsável que dá essa autorização e não tem o cuidado de



ver se essa autorização que foi dada por ele, assinada por ele, vem sendo cumprida passo a passo. Aí é que está o problema.

O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - Essa parte não posso adentrar na questão fiscalizatória. Mas ressalto também, Deputado, que a questão de roubos dessa natureza, porque foi uma quadrilha, 10 integrantes que entraram lá, também não tinha acontecido naquela região desde a criação do Porto Seco, nunca havia acontecido dessa natureza. Então, todas as empresas lá têm segurança, segurança armada, um circuito interno de comunicação entre eles. Eles têm todo o mecanismo, mas foi um fato novo para eles também.

(Não identificado) - Nesse dia falhou tudo.

O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - Nesse dia falhou e, infelizmente, levaram as armas.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - É, parece haver uma explicação, porque na mesma noite eles embarcariam para o Distrito Federal.

O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - Com certeza.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Então, armazenar seria por poucas horas.

O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - Poucas horas.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Talvez, aí, tenham subestimado o perigo. Mas o mais grave me parece ser a presença de informantes. No caso, esse foi pela primeira vez, ou supõe-se tenha sido a primeira, mas em 86% dos furtos e roubos de cargas — e o Delegado do DEIC sabe melhor que eu — há falha humana, na grande maioria das vezes, partindo do embarcador, de um funcionário do embarcador, porque mesmo que tivesse toda segurança possível, tendo um informante lá dentro é evidente que a quadrilha teria acesso igual, não lhe parece?

O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - Com certeza.

(Não identificado) - Queria que você falasse um pouquinho também sobre a história da munição.

O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - Nesse carregamento também tinha munições.

(Não identificado) - A munição foi no mesmo carregamento?

O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - No mesmo carregamento tinha munições.



(Não identificado) - Essa munição pertencia a quem?

O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - Essa munição era carga da CBC, estaria junto e iria no mesmo embarque, mas era uma munição não muito específica para o dia-a-dia do pessoal do roubo ali, alguma munição de armas longas, mas não específica. E munição de calibres menores, tipo 22, não era munição, por exemplo, não conjugava com as armas, não tinha munição de 38, não tinha munição de ponto 40, que é de uso restrito das polícias.

(Não identificado) - A fábrica é de Montenegro?

O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - Da CBC, não me recordo agora a localidade da fábrica, mas essa fábrica gaúcha da CBC, não de Montenegro. Transportadora Ramos.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Essa mercadoria ia toda para o Distrito Federal?

O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - Esse detalhe... Não poderia falar com precisão, mas elas iam todas para órgãos públicos, as armas. Eram 190, eram armas novas, salvo erro, iam para o Distrito Federal para atender acho que à Polícia do Distrito Federal.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Você não tem certeza.

O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - Não tenho. Foge-me agora se... Parece que eram 190 para atingir um único órgão, porque, na verdade, trabalhamos com as informações da transportadora, que eles tinham basicamente a nota fiscal de embarque, de envio, manifesto de carga...

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - A nota fiscal estava acompanhada como a autorização do Exército também, tudo certinho?

O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - Senhor?

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Pela autorização do Exército, certinho, a nota fiscal estava acompanhada?

O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - Isso não é uma coisa ponto a ponto, é uma autorização já anterior. Então, por exemplo, segundo informação do Sindicato dos Transportes de Cargas, somente 4 empresas de transporte gaúchas é que têm esse tipo de autorização.



O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Não. A nota fiscal estava acompanhada da autorização do Exército para a venda da mercadoria? É isso que quero saber. Não é do transporte, não, aí já é da venda.

O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - Não. Essa informação não foi levada para os autos, mas somente a nota fiscal. Acho que não faz parte do acompanhamento, isso aí tem de ser anterior. Para o transporte não necessariamente precisaria dessa autorização ponto a ponto, caso a caso. Isso tem de ser anteriormente.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Delegado, atrás de um bando como esse, sempre há um receptador grande, pequeno ou médio. Parece-lhe que essa carga estava encomendada, estaria encomendada, ou foi tudo, assim, de oportunidade?

O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - Segundo nosso levantamento, foi tudo questão de oportunidade. Se a gente tivesse, no transcorrer das investigações, já fizesse uma vinculação com alguns integrantes participantes de roubo a bancos, roubos a carro fortes, que eram nossas preocupações iniciais, mas não.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - A ocasião faz o ladrão.

O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - A ocasião faz o ladrão.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - O risco é que temos fabricantes de armas aqui no Estado, e essas fábricas, até medida em contrário, vão continuar produzindo. Esse foi um episódio malsucedido para a gangue, um a zero para a sociedade. E tudo chinelagem. Quer dizer, o chinelão está entrando nesse ramo, porque está lendo notícias aí e se entusiasmou. Não há risco de isso se disseminar, se tornar uma prática mais comum? Porque não tínhamos assalto a carro forte aqui no Estado, e agora estão jogando caminhão em cima de carro forte, se bem que isso também já foi controlado.

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Acho que são os cariocas que estão vindo para cá.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não estou brincando, não. No Rio a gente teve a fase do carro forte que, na verdade, era a forma que eles encontraram, em determinado momento no tráfico do Rio, de se utilizar desse



dinheiro para o capital de giro mesmo. Depois mudou, teve a fase de seqüestro, tudo capital de giro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Estou deixando os Deputados falarem livremente, só vamos cuidar para sermos objetivos.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Só quero fazer uma observação, Deputada, não quis dizer que os cariocas... é que às vezes a pressão no Estado faz com que a quadrilha migre para outro Estado. No carro forte foi isso. Pressões no Rio e em São Paulo fizeram com que as quadrilhas de fora viessem agir aqui. Não há risco de isso acontecer, Delegado?

O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - Bem, uma visão nossa, como Departamento Estadual de Investigações Criminais, até fazendo uma previsão. Com relação ao Estatuto do Desarmamento, a dificuldade da aquisição de armas, o trabalho intenso de repressão nas nossas fronteiras, então, há aquela preocupação. Como somos um Estado produtor de armas, então, a gente tem de estar preparado porque, quer queira, quer não, é diferente. Então, muita gente pode querer vir garimpar esse ouro. Então, essa é a nossa preocupação junto às empresas que compõem este sistema de fabricação, transporte e segurança, junto com a segurança pública.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Doutor, divirjo um pouco dessa idéia, porque acho que a questão aqui está mais centrada numa falta de vistoria de quem autoriza o transporte, até mesmo o transporte e o armazenamento. Ora, tenho a responsabilidade de autorizar o transporte de uma carga — armas — e tenho responsabilidade de autorizar o armazenamento dessas armas, ou por 24 horas ou por 48 horas. Ora, tenho de ter uma vistoria desse local vez por outra para poder garantir o que estou fazendo. Ora, se eu pego um papel simplesmente, não sei lá do local, não sei como está sendo feito o trabalho, simplesmente, no meu gabinete, pego um papel e, sem mandar alguém vistoriar isso, eu assino e autorizo que a empresa faça o transporte. Para você ver, a vergonha aqui foi que os marginais que assaltaram essa empresa eram pés-de-chinelo, eram completamente pés-de-chinelo. Não havia estratégia alguma, não havia periculosidade nenhuma nos elementos; são todos marginais pés-de-chinelo. Essa questão do carro forte, Deputado Appio, no Nordeste, interior da Bahia, interior de Pernambuco, é onde mais se assalta carro forte com arma pesada, AR-15, é o que mais acontece. Hoje



acontece direto. Então, não é o negócio de migrar. Aqui a falha é outra. A falha está na fiscalização e na autorização para se operar uma mercadoria que não é comum. Arma não é carne, não é televisão, não é geladeira, não é videocassete. Arma é outra coisa. E para poder se transportar e armazenar essa mercadoria, arma, é necessário que se tenha uma outra visão do fato. A gente não pode tratar uma arma como se tivesse tratando uma carne para botar no frigorífico. Temos de saber que a arma é objeto de desejo da criminalidade e do desempregado. Vejam que isso aqui foi um grupo, o que está parecendo aqui é um grupo de desempregados, um grupo de pessoas que viram a oportunidade de ganhar um dinheiro, viram a falha e ganharam esse dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Doutor, eu tenho algumas curiosidades. A arma, pelo que eu vi, são 190 de um lote, mais 40 que iriam para conserto. É isso?

O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - Correto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu não entendi muito bem por que elas estavam no depósito, se elas iam para conserto. Por que elas já não estavam na fábrica?

O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - Estavam em trânsito, eu acho, indo de um lugar para outro, indo para lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Em termos de munição, quanto tinha?

O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - Isso aí, eu, por acaso, não trouxe aqui, porque eu me comprometi de apresentar para a CPI o inquérito com a conclusão. Então, eu não tenho essa informação aqui, mas posso colocar. Tinha um lote de algumas munições, mas, diante das armas, não era uma... já tinha ocorrido...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas eram umas 200 cápsulas, o que era?

O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - Não, não. Acho que eram 2 mil cápsulas, aproximadamente. Essa informação não é precisa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Certo. Quanto foi recuperado disso?

O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - Nós recuperamos, foram recuperados, da carga, foram recuperados 11 revólveres e boa parte da munição.



Foram, aproximadamente, 200 cartuchos de armas longas, armas de caça e várias caixas de munição 22. Aquela munição não é empregada usualmente pelas quadrilhas que praticam assaltos. Não era uma munição que eles utilizavam.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Por isso talvez estivesse guardada ali.

O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Foi uma pessoa da empresa que deu esse...

O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - Que deu essa informação, segundo... A situação dele agora, ele encontra-se com prisão preventiva decretada pela Justiça e os demais em sede de captura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Porque foi uma informação muito precisa, já que foi questão de horas o negócio.

O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - Foi questão de horas. Saiu do trabalho, deu a informação onde estavam as armas, onde estava o lote que seria embarcado. Os caminhões estavam estacionados no momento do roubo, os caminhões estavam sendo abastecidos, estavam sendo colocados para serem... iam partir na madrugada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E aí chegaram os ladrões.

O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - Chegaram os integrantes e levaram a carga.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É estranho. O que lhe leva a crer que não tenha, que seja só bandido desorganizado, visto que não conseguiram recuperar muitas armas, não é?

O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - Não, mas, por outro lado... Hoje, o que acontece? Vai para um bairro, bairros pobres de Alvorada. Nós cumprimos diversos mandados de busca e em diversos locais foram encontradas armas. Então, hoje a arma, até para o cidadão, às vezes pessoas de bem acabam comprando arma, até por desconhecimento do Estatuto do Desarmamento, eles não têm essa... E oferecem por um preço baixo, até por uma questão de proteção, num bairro pobre, acabam comprando as armas. Então, as armas, da forma como foi levantado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E por que não se recuperou mais?



O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - É porque, da forma como a gente levantou é que foi pulverizado, quando se pulveriza, Deputado, aí, acaba... O inquérito ainda está... o inquérito está ainda para ser concluído. Como nós precisamos prender alguns ainda, possivelmente, com a prisão desses aí, a gente pode vir a chegar aos demais, para onde foram vendidos, como venderam, para quem vendeu. Então, isso faz parte ainda do trabalho de complementação para o inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Isso faz quantos dias, mais ou menos?

O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - Bem, a partir do dia 30, desde do dia do roubo, nós estamos com...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Que dia foi o roubo?

O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - Foi no dia 3 de maio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Então faz um mês, mais ou menos.

O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - Mais ou menos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Quando começaram as primeiras prisões?

O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - Já começaram as primeiras prisões com 15 dias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Quinze dias.

O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - Quinze dias, mas algumas apreensões de armas já na primeira semana.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Na primeira semana.

O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - Na primeira semana.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É a única coisa que ficou pendente, eu acho, na investigação. É uma recuperação muito baixa de armas.

O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - É. Mas a nossa meta é recuperar todas as armas. Estamos trabalhando para recuperar todas as armas.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Sr. Presidente, veja só, é estranho esse negócio: o cara trabalha durante o dia, sai do trabalho, chega na localidade dele, informa que há uns caminhões dentro de uma empresa carregados



de armas, que vão para tal lugar, e vêm essas pessoas e, com facilidade, conseguem penetrar nisso. É estranho!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Isso foi a versão dele? Como é que foi investigado isso?

O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - Não, foi o levantamento que a gente fez com algumas prisões, com alguns depoimentos. Mas, assim, Deputado, permita-me dizer, foram 10, acho que 10 integrantes armados. Eles entraram armados.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Mas dentro da empresa não tinha mais ninguém envolvido nisso?

O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - Tinha... Não, não. A princípio, não, não tinha mais ninguém, segundo o nosso levantamento. Nós ainda temos que concluir o inquérito. Mas, segundo... Levou a informação e 10 integrantes armados entraram na empresa. Hoje, se eu me reunir com 10 e for lá na transportadora, eu não teria a facilidade, talvez, que eles tiveram, com 10 armados.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Doutor, é o seguinte, se essas armas tivessem sido vendidas ou encontradas, o grupo delas, em um lugar, ia-se dar uma idéia de que elas foram roubadas para servir a um objetivo. Mas, como o senhor disse, elas foram pulverizadas. Eles não tinham nem para quem vender. A idéia que a gente tem é de que foi aparecendo comprador e eles foram vendendo e vendendo.

O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - Eles tinham um produto que eles sabiam que tinha muito comprador. Acho que essa era a visão deles.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - O que mais me intriga ainda é a chegada desses elementos, a facilidade de chegar nessa empresa com uma carga tão valiosa, tão preciosa, e conseguir adentrar, assaltar e não ter nada, não ter nada, nada. Só um elemento da empresa envolvido nisso. É difícil.

O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - É, doutor, a gente tem que trabalhar com o que a gente levantou. Agora, é o seguinte: a gente tem que fazer um retrospecto, ao meu ver, do que foi antes de existir caminhão com GPS, escolta. Precisou acontecer para que as pessoas viessem a fazer essa proteção — entendeu? Então, eu vejo hoje, pelo lado de uma empresa que tem, que gera empregos, que transporta as riquezas do nosso Estado, eles fizeram, procuraram



fazer, ao meu ver, o melhor para garantir, até mesmo para garantir o serviço. Eu não vi negligência por parte deles, embora, com toda aquela, com o que foi apresentado para eles, eu acho que fugia ao senso comum da realidade deles como um, lá, um porto seco, com um aglomerado de empresas, com seguranças da região, com seguranças diversos. Agora, por isso é que estou dizendo, precisou acontecer para que se tomassem outras medidas. Então, após isso, houve reuniões junto ao sindicato deles, junto à segurança, à Secretaria de Segurança. Então, foi feito um trabalho em conjunto. O trabalho também já vem sendo realizado aqui, junto com o Deputado Francisco Appio, com segmentos de caminhoneiros. Todas essas informações estão sendo trabalhadas no intuito de melhorar a questão da segurança.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Eu quero formular mais uma pergunta sobre o informante, porque eu acho que aí é que está o ponto chave, a falha da sociedade. Esse funcionário estava há muito tempo na empresa, tinha sido contratado recentemente? O senhor tem essa informação, Delegado?

O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - Menos de um ano.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Menos de um ano na empresa. Eu acho que há uma falha, porque uma CPI, Deputada Laura, Deputado Moroni e demais, ela também tem que provocar, propor ações até de mudança cultural, não é? São setores estratégicos que não podem, têm que ter o maior zelo, o maior cuidado. Eu repito o número que nós temos aqui no Sul, que em 86% dos furtos e roubos de cargas há falha humana, na grande maioria, partindo de dentro do embarcador, com o informante lá dentro. Na hora do evento, o informante estava na empresa também?

O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - Não, tinha saído, tinha terminado o turno dele.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Perfeito. Uma CPI também tem essa proposta de provocar uma mudança no comportamento das empresas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Esse informante, foi feita uma pesquisa em torno do celular dele, alguma coisa assim?

O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - Ele não tinha celular. Ele, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Era só um carregador, alguma coisa assim?



O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - A função dele era, basicamente, essa, de trabalhador braçal. Nessas empresas todas, um grande número de funcionários tem esse cargo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - A carga não estava separada, dentro de um lugar, com porta de ferro, uma coisa assim.

O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - Não. A carga estava separada num local próximo para ser embarcada. Estavam até trabalhando para começar o embarque naquele horário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Para começar o embarque da carga.

O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - Para começar o embarque.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Nesse caso, a escolta armada não estala lá ainda?

O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - Não estava. O nosso trabalho foi esse: de verificar que o trabalho *top* da empresa, como de todas as outras, começa à saída da empresa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas é estranho, não é? Porque na hora do embarque da carga a escolta já devia estar ali, ainda mais uma carga dessas, já deveria estar pronto. É que ficou muito simplório o negócio. E com isso, 200 armas foram parar na mão de bandido. Eu também não acredito muito que cidadão de bem tenha comprado esse tipo de arma. Cidadão de bem tem que ser doido para comprar uma arma dessa, vendida na esquina.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não é difícil, num Estado como o de vocês — por conta da questão do desarmamento, que foi tão divulgada —, que as pessoas não saibam da existência do Estatuto. Se você dissesse isso em outro Estado, até que eu acreditaria. Mas aqui!

O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - Mas é a realidade, doutora. É a realidade. Que a gente, diariamente, com a questão, depois do Estatuto, se for elencar o número de prisões em flagrante que se deram de pessoas sem antecedente criminal algum e com a arma, com munição, que passaram a ser presas em razão... No Estado do Rio Grande do Sul, eu posso falar também, porque não sou gaúcho.



A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Mas muito mais porque estavam com a arma do que porque não sabiam.

O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - Não, porque o Estado do Rio Grande do Sul tem um diferencial. Em razão da sua cultura, a arma faz parte da tradição do gaúcho. Então, já vai passando de pai para filho: as danças, as vestimentas, o traje. Então, a arma já está...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu até acredito em tudo isso. Agora, comprar uma arma na esquina, é um negócio complicado.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Doutor, esse informante, ele voltou lá com a quadrilha para assaltar, ou a quadrilha voltou só...

O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - Não, ele não voltou. Ele não voltou na empresa.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Então tinha mais alguém. Quem ia dar facilidade para chegar? Tinha que ter mais alguém.

O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - Não necessariamente, Deputado. Ele deu as informações precisas: "estão lá; vão ser embarcadas agora; estão lá no local tal".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E rapidamente ele reuniu 10 pessoas armadas para assaltar. Isso o que eu estou achando estranho também.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - É isso.

O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - São partes da quadrilha, amigos de bairro, todos no bairro; se centraram horas antes, se reuniram num local, outro chamou lá, deu uma... Não precisou de muito...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Mas amigos do bairro que todos tinham arma.

O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - Todos que tinham armas.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - E de repente nem todos estavam armados. A facilidade foi tão grande que de repente não estavam todos armados.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Ninguém faz um assalto desarmado. Eu não nunca vi isso na minha vida.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Para explicar...



A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Está bom que a cultura é diferente, mas a maneira de roubar é igual em qualquer lugar do País.

O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - Com certeza.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Essa região dessa cidade é talvez uma das regiões com maior índice de criminalidade, na região metropolitana. Simplesmente, eu li uma matéria no jornal, o índice de homicídio para cada 100 mil habitantes é uma coisa 5, 6 vezes acima da média nacional. Então, eu creio que não haveria muita dificuldade para que ele pudesse chegar lá e juntar algumas pessoas para poder se aventurar nessa... Não é uma coisa, digamos assim, tão...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Inusitada.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - ... inusitada. E talvez com relação a outro tipo de roubo eles pudessem fazer isso de forma freqüente, não com armas, mas... Não sei se vocês conseguiram identificar esse tipo de... Eram uns caras que tinham passagem pela polícia, a maioria desses 10, por pequenos furtos, roubos, esse tipo de coisa.

O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - Uma parte deles, embora não de intensa criminalidade, mas todos com antecedentes criminais de roubos, pequenos roubos. Então, todos com antecedentes criminais. Não tinha nenhum anjinho ali na...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Só o informante.

O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - Só o informante.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Quem era anjinho?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não, não. Ele não tinha antecedente.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não tinha informante anjinho.
(Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - De qualquer forma, nós vemos várias falhas, e tal. Eu espero que na investigação... Depois nós vamos ver o inquérito.

O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu acredito que vamos ter também uma convicção, o delegado deve ter uma convicção bem maior pelo fato de estar junto dos fatos e tudo o mais. Nós estamos vendo o fato de fora. Realmente, parece meio estranho, a princípio, o negócio — “Ó chegou a arma lá. Pessoal, reúne



aí uns 10, vamos lá atacar o local e, em questão de horas, a gente consegue fazer isso." Quer dizer, dá a impressão de que o cara já estava com predisposição e já estava esperando. Já devia ter falado: "Olha, volta e meia botam arma lá na empresa e tal. Quando chegar, vou dar um toque para vocês". Eu acho que era mais ou menos por aí.

O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - Com certeza.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Ou ele ir na frente, não é, Deputado Moroni?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não foi um negócio, assim, de última hora. Eu acho que ele viu aqueles carregamentos e disse: "Olha, a próxima vez que chegar um carregamento aqui..."

O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - Eu passo a dica para vocês.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - "... eu passo a dica para vocês e aí vocês me dão a minha parte". E pronto. Então, eu acho que foi mais ou menos assim, porque, senão, fica muito gozado. O cara: "Ah, me deu na cabeça, agora, eu dizer para alguém que tem arma aqui". Aí, deu na cabeça e, de repente, reúne 10, assim, em algumas horas. Eu acho que não foi bem assim. Acho que a versão, pela experiência que eu tenho, é que ele deve ter comentado com alguns amigos: "Ó, a transportadora, volta e meia, tem arma lá". Aí os caras: "Poxa, rapaz! Então nos diz o dia que tiver um transporte e nós te damos 2 paus, 3 paus" — sei lá o quanto que o cara vai dizer. E ele deve ter feito isso. Quando chegaram as armas, ele foi lá: "Ó, aquilo que eu falei chegou, está lá, vai ser embarcado tal hora. Então, está com vocês, agora, o negócio".

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Moroni, você me permite mais uma pergunta? (Pausa.) Doutor, lá nesse Porto Seco, há uma segurança?

O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - Tem. Eles têm segurança.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Não entendi isso. Ainda não entendi. Há uma segurança, o informante não foi lá!

O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - Mas não é uma trincheira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas eu estou pensando aqui.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Porto Seco fica praticamente dentro vila. Porto Seco é dentro dela.



A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - O Onyx disse que chama segurancinha. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não consigo acreditar também. É outra coisa que eu acho que é mais difícil. Sendo isso, eles tiveram tempo para se organizar para ver como é que iam passar essas armas. Porque, se fossem realmente passadas nas esquinas: “Ó, naquela esquina, estão vendendo arma. Quem quiser arma vai lá e compra”. Não é bem assim, porque, senão vocês já tinham recuperado mais da metade dessas armas. Porque, se for assim “vai lá na esquina e compra”, ele sabe quem é que comprou dele. Então, tem alguém que ficou com essas armas. De repente, alguém vinculado ao comércio de armas ou coisa parecida, que tenha arrematado esse tipo de arma. Porque é muito difícil. Os caras são burros, mas nem tanto, ao ponto de irem para a esquina e dizer: “*Estou com arma para vender. Quem é que quer comprar aqui e tal e tudo o mais?*”

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Você mesmo disse que todos eles tinham passagem pela polícia. (*Ininteligível.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Então, já são malandros. Deve haver um esquema. Gostaria que o doutor conseguisse aprofundar-se nisso. Onde é que foram parar essas cento e tantas armas?

O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - Vamos trabalhar intensamente para isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Trabalhar nisso aí, e faço votos que consigam.

Algum Deputado tem mais alguma pergunta?

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Moroni, eu gostaria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Aprender, e estamos sempre aprendendo, somos eternos aprendizes. Quanto ao Deputado Reginaldo, quero convidá-lo para, hoje à noite, ir ao Porto Seco, lá pelas 10 horas da noite. Só que vamos levar uma companhia da Brigada Militar junto.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Para quem já subiu o Morro do Macaco, Vila Isabel, o Morro da Mangueira, não é nada!

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Está certo. (*Risos.*) Mas, delegado, um auxiliar importante do crime é o informante. É decisivo. Uma arma poderosa das



quadrilhas é o telefone celular. Nós sabemos que é o celular. Deu para investigar, por exemplo, se havia telefones não cadastrados, se é telefone de linha convencional ou se é telefone de cartão? Porque estamos legislando nessa matéria. Aqui, no Rio Grande do Sul, obrigamos ao cadastramento de todos os telefones e descobrimos, agora, que o grande auxiliar é o telefone de cartão, que, com o *chip*, é praticamente incontrolável. Esse telefone está ingressando nos presídios de uma forma absurda!

Houve uma audiência nesta semana com as operadoras — não é, meu Relator? — que não têm o que fazer. O melhor mesmo não é fechar a operadora da telefonia. O melhor é fechar as portas do presídio.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Então, me dá uma oportunidade. Eu tenho um projeto de lei, na Câmara, que proíbe ou que obriga a empresa a vender o *chip* somente identificado. Porque o problema é o seguinte.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Mas não é vendido assim hoje?

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Não. O *chip*, não.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Aqui, no Rio Grande, é.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Não, o *chip* é vendido de maneira “vamos embora”. O *chip*, você pega o telefone, vai lá e compra o *chip* e coloca.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Quero agradecer ao Delegado Guilherme Pacífico a presença e também ao Secretário de Segurança por cedê-lo para essa conversa. Realmente, aqui, a gente só consegue dar, delegado, uma luz da experiência que temos nesse problema. Então, gostaria que, antes de concluir o inquérito, pudesse averiguar essas outras possibilidades, se há alguma coisa mais organizada por trás disso.

O SR. GUILHERME PACÍFICO DA SILVA - Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Agradeço a presença a V.Sa. Desde já, convoco a testemunha Z. A testemunha Z virá com a identidade resguardada. (*Pausa*.)

Vamos ter, nessa primeira parte, reunião pública. A testemunha não vai se manifestar agora. Se algum fotógrafo quiser fazer alguma tomada, que o faça agora, porque posteriormente vamos transformar a reunião em reservada, na qual só Deputados e assessores diretos da CPI estarão presentes. (*Pausa*.)



A testemunha pode aproximar-se um pouquinho, por favor. (*Pausa.*)

Peço agora a todos que não forem assessores diretos da CPI que saiam. O Som é preciso, mas que fique num tom baixo. Somente a Taquigrafia, o Som e os assessores diretos da CPI.

A testemunha vai tirar, depois, a touca e continuará com os óculos escuros. Acho que os óculos escuros não incomodam muito. O que pode incomodar...

Coloco em discussão a transformação, a partir de agora, da sessão em reservada.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovada.

Antes de a testemunha se manifestar...

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Sr. Presidente, quero fazer um registro que considero necessário nesse trabalho que estamos desenvolvendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Corroborado pelo Presidente, que, inclusive, vai solicitar ao delegado que fique, não à disposição, porque ele tem o cargo dele, mas que fique sempre disponível para que possamos trabalhar juntos durante esse tempo da CPI. E, desde já, todos os Deputados agradecem a V.Sa.

(*A reunião é transformada em reservada.*)